

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Auditoria financeira - benefícios versus custos: Uma análise da perceção das PME's portuguesas na adoção voluntária de auditoria

Guilherme Tomás Ribeiro de Brito Capelo

Mestrado em Contabilidade

Orientador:

Professor Doutor Nuno Duarte da Silva Magro
ISCTE-IUL

setembro, 2023



BUSINESS
SCHOOL

Departamento de Contabilidade

Auditoria financeira - benefícios versus custos: Uma análise da perceção das PME's portuguesas na adoção voluntária de auditoria

Guilherme Tomás Ribeiro de Brito Capelo

Mestrado em Contabilidade

Orientador:

Professor Doutor Nuno Duarte da Silva Magro
ISCTE-IUL

setembro, 2023

Agradecimentos

Os meus profundos agradecimentos:

Aos meus pais e irmão, por sempre terem acreditado nas minhas capacidades e por todo o apoio e motivação que me deram ao longo destes meses.

À minha namorada Inês, pelo carinho, inspiração, motivação, apoio e muita paciência ao longo desta caminhada.

Ao Professor Doutor Nuno Duarte da Silva Magro, pela brilhante e paciente orientação, indispensável para a conclusão deste trabalho.

À empresa Deloitte Portugal, e colegas, pelo apoio e incentivo proporcionados na última fase desta longa caminhada.

A todos os profissionais que generosamente se disponibilizaram para participar neste projeto e sem os quais este trabalho não seria possível.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que, de uma maneira ou de outra, me ajudaram na realização desta dissertação e me permitiram alcançar uma importante etapa na minha vida.

Muito obrigada a todos!

Resumo

A auditoria financeira tem sido proposta, nomeadamente como forma de mitigar os efeitos do risco de informação, mesmo no caso da sua realização não ser exigida pela legislação. Neste contexto, o presente estudo pretende investigar as perceções dos decisores de PME's portuguesas acerca dos benefícios e custos associados à realização de auditorias financeiras voluntárias. Com este propósito, foi realizada uma pesquisa qualitativa, baseada em entrevistas semiestruturadas aplicadas a dirigentes de associações representativas de PME's do setor vinícola. A informação obtida foi submetida a análise de conteúdo, segundo a lógica hierárquica, com vista à determinação de categorias e respetivas frequências. Os resultados permitem destacar alguns benefícios percecionados, tais como: vantagens na obtenção de financiamento (tais como maior facilidade de acesso ao financiamento e menores taxas de juro); melhorias na informação financeira à gestão e nos sistemas de controlo; e, no caso de separação entre os detentores do capital e a gestão, pode contribuir para mitigar problemas de assimetria de informação e na deteção de fraude. As desvantagens percecionadas incluem um impacto negativo inicial na produtividade dos trabalhadores da empresa auditada afetos à auditoria, o risco de fuga de informação sensível, o custo e complexidade da auditoria, e custos de implementação de medidas.

Palavras-Chave:

Pequenas e Médias Empresas (PME); Auditoria financeira; Auditoria voluntária

Classificação JEL:

M41 – *Accounting*

M42 – *Auditing*

Abstract

Financial auditing has been proposed, namely as a way to mitigate the effects of information risk, even without any specific obligation required by the law. In this context, the present study aims to investigate the perceptions of decision-makers of Portuguese SMEs about the benefits and costs associated with carrying out voluntary financial audits. For this purpose, a qualitative research was carried out, based on semi-structured interviews applied to associations representing SMEs in the wine sector. The information gathered was submitted to content analysis, according to the hierarchical logic, to determine categories and their respective frequencies. The results indicate some perceived benefits, such as: advantages in obtaining financing (such as easier access to financing and lower interest rates); improvements in the financial information to management and in the control systems; and, in the case of separation between capital holders and management, it may contribute to mitigate problems of information asymmetry and in the detection of fraud. Perceived disadvantages include an initial negative impact on staff productivity, the risk of leakage of sensitive information, the cost and complexity of auditing, and the cost of implementing measures.

Key Words:

Small and medium-sized enterprise (SME), Financial audit, Voluntary audit

JEL Classification:

M41 – *Accounting*

M42 – *Auditing*

Índice

CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO.....	8
1.1. Enquadramento.....	8
1.2. Problemática.....	8
1.3. Questão e objetivos de investigação.....	9
CAPÍTULO II. REVISÃO DE LITERATURA.....	11
2.1. As pequenas e médias empresas.....	11
2.2. Auditoria financeira voluntária.....	12
2.2.1. Auditoria financeira - Definição.....	12
2.2.2. Auditoria financeira - Objetivos.....	13
2.2.3. Auditoria financeira – Breve evolução histórica.....	14
2.2.4. Auditoria financeira voluntária.....	17
2.3. Benefícios da auditoria financeira voluntária.....	17
2.4. Determinantes da auditoria financeira voluntária.....	20
2.4.1. Características da empresa.....	21
2.4.2. Fatores relativos a relações de agência.....	23
2.4.3. Melhoria da informação financeira e de processos de controlo.....	24
2.4.4. Outros determinantes.....	25
CAPÍTULO III. METODOLOGIA.....	27
3.1. Questão de investigação.....	27
3.2. Considerações metodológicas.....	27
3.2.1. Paradigma filosófico.....	28
3.2.2. Abordagem para desenvolvimento de teoria.....	29
3.2.3. Opção metodológica.....	29
3.2.4. Estratégia e horizonte temporal.....	31
3.3. Dados, amostra e procedimento.....	31
3.4. Tratamento e análise de dados.....	33

CAPÍTULO IV. RESULTADOS E DISCUSSÃO	34
4.1. Vantagens da adoção voluntária de auditoria	34
4.1.1. Vantagens na obtenção de financiamentos	34
4.1.2. Vantagens na informação financeira à gestão e sistemas de controlo	36
4.1.3. Vantagens na informação financeira aos detentores do capital	37
4.1.4. Vantagens na deteção de fraude	39
4.1.5. Vantagens adicionais	40
4.2. Desvantagens da adoção voluntária de auditoria.....	41
4.2.1. Impacto na produtividade dos trabalhadores	42
4.2.2. Partilha de informação	43
4.2.3. Desvantagens adicionais.....	45
CAPÍTULO V. CONCLUSÃO.....	47
5.1. Conclusão	47
5.2. Contribuição	48
5.3. Limitações	49
5.4. Investigação futura	49
CAPÍTULO VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50
CAPÍTULO VII. ANEXO	55
Anexo A - Guião da Entrevista.....	55

Lista de Tabelas

Tabela 4.1 – Vantagens na obtenção de financiamentos.....	35
Tabela 4.2 – Vantagens na informação financeira à gestão e sistemas de controlo.....	37
Tabela 4.3 – Vantagens na informação financeira aos detentores do capital.....	38
Tabela 4.4 – Vantagens na deteção de fraude	40
Tabela 4.5 – Vantagens adicionais	41
Tabela 4.6 – Impacto na produtividade dos trabalhadores	42
Tabela 4.7 – Partilha de informação.....	44
Tabela 4.8 – Desvantagens adicionais.....	46

Lista de Abreviaturas

AAA – American Accounting Association

CF – Contabilidade Financeira

CG – Contabilidade de Gestão

EUA – Estados Unidos da América

GAAP – Generally Accepted Accounting Principles

IAASB – International Auditing and Assurance Standards Board

ICFR – Internal Controls over Financial Reporting

IFRS – International Financial Reporting Standards

PMEs – Pequenas e Médias Empresas

Capítulo I. Introdução

1.1. Enquadramento

À medida que a sociedade e organizações se tornam mais complexas, verifica-se um incremento do risco de informação, nomeadamente financeira, ou seja, aumenta a probabilidade de informações financeiras não fiáveis, falsas, incorretas ou imprecisas serem divulgadas por uma empresa e, como tal, suscetíveis de induzir em erro potenciais decisores (Arens et al., 2021, p. 8; Elder et al., 2019, p. 32). Várias razões têm sido apontadas para a ocorrência deste tipo risco, tais como a inacessibilidade da informação, enviesamentos, motivações conflituosas (entre emissores e utilizadores), dados volumosos e transações complexas (Arens et al., 2021; Elder et al., 2019; Johnson & Wiley, 2022).

De acordo com a American Accounting Association (AAA), a auditoria financeira é um processo sistemático de, objetivamente, obter e avaliar evidências relativas a afirmações acerca de ações e eventos económicos, para verificar o grau de correspondência entre as afirmações e os critérios estabelecidos e comunicar os resultados aos utilizadores interessados (Arens et al., 2021).

A literatura sugere que a procura por auditoria financeira está associada ao pressuposto de que esta contribui para a redução do risco de informação financeira (Johnson & Wiley, 2022; Louwers et al., 2021; Whittington & Pany, 2022), potenciando diversos benefícios para a empresa, nomeadamente a redução do custo do capital. Uma outra motivação correntemente presente para a adoção de auditoria financeira, deriva da existência de requisitos legais que obrigam à sua realização. No entanto, considerando os potenciais benefícios associados, as organizações poderão optar por promover auditorias financeiras (voluntárias) sem que exista qualquer obrigação específica exigida pela legislação (Haapamaki, 2018).

1.2. Problemática

Recentemente, no caso particular da União Europeia, tem-se observado algum debate em torno da isenção legal de auditoria e da auditoria voluntária (por exemplo: Ojala et al., 2016). Isto

porque, de acordo com a política da União Europeia, com o objetivo de contribuir para um ambiente mais amigável e atrativo para a criação e desenvolvimento de pequenos negócios (European Commission, 2014), as PMEs (pequenas e médias empresas) estão isentas em termos de exigência legal de realização de auditorias financeiras. Contudo, de acordo com a literatura, a auditoria financeira pode contribuir para a redução do risco de informação, proporcionando assim uma garantia valiosa para os utilizadores externos dos relatórios financeiros divulgados, tais como investidores e financiadores, o que se traduz em benefícios diretos às empresas, podendo induzi-las a realizar auditorias voluntariamente, mesmo sem haver exigência legal (Watts & Zimmerman, 1983).

No pressuposto da existência dos referidos benefícios da auditoria financeira, nomeadamente em termos de redução do risco de informação, pode assumir-se que as PMEs, mesmo não estando obrigada legalmente, tenderão a adotá-la voluntariamente em função da percepção dos seus decisores acerca dos benefícios e custos associados. Consequentemente, interessa compreender quais as percepções dos decisores de PMEs acerca dos benefícios e custos associados à realização de auditorias financeiras voluntárias.

No contexto português, os trabalhos realizados nesta área focam-se mais no impacto da realização voluntária da auditoria financeira ou nos determinantes para a sua adoção (Crispim, 2016; Guedes, 2021; Jacinto, 2019), podendo considerar-se, no entanto, que existe alguma escassez de estudos sobre a percepção das PMEs no que respeita aos benefícios e custos associados.

1.3. Questão e objetivos de investigação

A questão de investigação formulada e que a orienta o desenho da metodologia e desenvolvimento do presente estudo, é a seguinte:

Qual a percepção das PMEs portuguesas relativamente aos benefícios e custos da adoção voluntária de auditoria financeira?

A presente investigação tem como objetivo principal entender a percepção das PMEs relativamente aos benefícios e custos associados à adoção voluntária de auditoria financeiras, contribuindo assim para enriquecer o conhecimento e a literatura existente neste domínio.

1.4. Metodologia

A metodologia é desenhada, essencialmente, com base no paradigma positivista e de acordo com o processo dedutivo (Bell et al., 2022). No que respeita à opção metodológica em termos dos procedimentos de obtenção e análise de dados, o trabalho pode ser classificado essencialmente como qualitativo (Saunders et al., 2020). A estratégia selecionada no presente estudo consiste na pesquisa (*survey*) qualitativa, com o propósito de obter dados relativamente padronizados acerca das percepções das PMEs portuguesas sobre os benefícios e custos da adoção voluntária de auditoria (Saunders et al., 2020). No que respeita ao horizonte temporal, o presente estudo enquadra-se no modo transversal (Bell et al., 2022).

Os dados, provenientes de fonte indireta, são obtidos através de entrevistas semiestruturadas aplicadas a dirigentes de associações representativas de PMEs. Com vista a delimitar o âmbito da investigação, selecionou-se o setor vinícola, pelo que os dados obtidos são relativos a PMEs portuguesas do setor vinícola. A amostra de associações envolvidas é não probabilística, sendo, por conveniência, constituída de acordo com a disponibilidade e acessibilidade dos profissionais abordados. O guião de entrevista, previamente preparado, inclui um conjunto de questões, de carácter aberto e fechado, acerca das percepções das empresas associadas sobre os benefícios e custos da adoção voluntária de auditoria. O processo de tratamento de dados baseia-se na análise de conteúdo dos textos resultantes das entrevistas, segundo a lógica hierárquica (Saunders et al., 2020), e na determinação das frequências associadas às categorias identificadas.

1.5. Estrutura da dissertação

A presente dissertação está organizada em cinco capítulos. Neste primeiro capítulo é feita a introdução. No segundo capítulo é apresentada uma síntese da revisão de literatura que inclui elementos de enquadramento teórico e estado da arte da investigação sobre a adoção voluntária de auditoria financeira. O terceiro capítulo descreve e fundamenta o quadro metodológico selecionado. Os resultados e discussão são especificados no quarto capítulo. Seguidamente, no quinto capítulo, são apresentadas as conclusões finais, assim como as principais contribuições, limitações do presente estudo e algumas sugestões para investigação futura.

Capítulo II. Revisão de Literatura

2.1. As pequenas e médias empresas

Em termos globais, as pequenas e médias empresas (PME's), normalmente empresas com 500 ou menos empregados (por exemplo: menos de 250 empregados na União Europeia e menos de 500 empregados nos Estados Unidos), compreendem mais de 90% de todas as empresas na maioria dos países (Cavusgil et al., 2020). O peso das PME's nas economias dos diversos países tem vindo a crescer, nomeadamente pelo maior envolvimento em negócios internacionais, representando cerca de um terço das exportações da Ásia e cerca de um quarto das exportações dos países da Europa e América do Norte (Cavusgil et al., 2020).

De acordo com Pordata (2023), em 2021, em Portugal, existiam 1.357.657 pequenas e médias empresas (para um total de 1.359.035 empresas), representando 99,899% do tecido empresarial português. Tendo em conta esta proporção, é indiscutível a importância destas sociedades para o desenvolvimento da economia portuguesa.

Por sua vez, segundo a recomendação da comissão europeia 2003/361/CE (CE, 2003), as pequenas e médias empresas podem ser subdivididas na seguinte forma:

Médias empresas: Empregam menos de uma média de 250 pessoas; Volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou total de balanço não excede 43 milhões de euros.

Pequenas empresas: Empregam menos de uma média de 50 pessoas; Volume de negócios anual ou total de balanço não excede 10 milhões de euros.

Microempresas: Empregam menos de uma média de 10 pessoas; Volume de negócios anual ou total de balanço não excede 2 milhões de euros.

Em 2021, de acordo com os critérios anteriores, o tecido empresarial português era constituído em 0,6% por médias empresas, 3,3% por pequenas empresas e 96% por microempresas (Pordata, 2023).

Segundo o artigo 262 do Código das Sociedades Comerciais, as sociedades por quotas que não tiverem conselho fiscal devem designar um Revisor Oficial de Contas para proceder à revisão legal se durante dois anos consecutivos ultrapassarem dois dos três limites seguintes:

(i) Total de balanço de 1.500.000 euros; (ii) Total de vendas líquidas e outros proveitos de 3.000.000 euros; (iii) Número médio de empregados durante o exercício de 50.

Assim, tendo em consideração a informação sobre a composição do tecido empresarial português (Pordata, 2023), as definições dos limites das PMEs e o artigo 262 do Código das Sociedades Comerciais, é possível concluir que pelo menos 90% das empresas portuguesas estão isentas da revisão legal das suas contas. No entanto, estas empresas não estão impedidas de ter as suas contas auditadas, por fim de captar todos os benefícios associados à auditoria.

2.2. Auditoria financeira voluntária

2.2.1. Auditoria financeira - Definição

Catlin e Watkins (2021) definem o conceito genérico de auditoria como o processo de identificar, obter, examinar, analisar, avaliar e tirar conclusões sobre informações para formar uma opinião sobre um tópico específico. Os mesmos autores referem que uma auditoria financeira (externa) avalia se as demonstrações financeiras são justas, consistentes, e precisas de acordo com os princípios contabilísticos padrão especificados por uma determinada autoridade e adotados por um país (Catlin & Watkins, 2021).

Semelhantemente, Arens et al. (2021) define auditoria financeira como “a acumulação e avaliação de evidências relativas a asserções sobre informações para determinar e relatar o grau de correspondência entre as asserções e os critérios estabelecidos”.

Uma definição de auditoria financeira frequentemente encontrada na literatura consiste naquela que é proposta pela American Accounting Association (AAA) - a auditoria financeira é um processo sistemático de, objetivamente, obter e avaliar evidências relativas a afirmações acerca de ações e eventos económicos, para verificar o grau de correspondência entre as afirmações e os critérios estabelecidos e comunicar os resultados aos utilizadores interessados (Arens et al., 2021).

Whittington e Pany (2022) definem auditoria financeira como uma auditoria às informações contabilísticas financeiras duma entidade, que cobre geralmente o balanço patrimonial e as

demonstrações relacionadas com resultados e fluxos de caixa, cujo objetivo é determinar se essas demonstrações foram preparadas em conformidade com as normas contabilísticas aceites.

Louwers et al. (2021) clarificam ainda que a auditoria é um processo sistemático. É um processo intencional e lógico que se baseia na disciplina de uma abordagem estruturada para chegar às decisões finais. Tem um ponto de partida lógico, segue as diretrizes estabelecidas e tem uma conclusão lógica. Não é aleatório, não planeado ou não estruturado. O processo envolve a obtenção e a avaliação de evidências. As evidências consistem em todos os tipos de informações que, em última análise, orientam as decisões dos auditores e se relacionam com afirmações efetuadas pela administração sobre ações e eventos económicos.

2.2.2. *Auditoria financeira - Objetivos*

Segundo Teck-Heang e Ali (2008) a auditoria desempenha um papel crítico na manutenção do bem-estar e estabilidade da sociedade, tendo os seus objetivos evoluído ao longo do tempo desde a deteção da fraude até a sua prevenção por meio de mecanismos de salvaguarda e princípios adequados. Lessambo (2018) afirma que hoje é consensual que o papel ou a função de uma auditoria consiste em dar credibilidade às demonstrações financeiras elaboradas e divulgadas pelos administradores da empresa, incluindo a deteção, o relato, bem como a avaliação dos riscos do negócio.

Semelhantemente, Arens et al. (2021) referem que o objetivo da auditoria consiste em proporcionar uma conclusão (ou garantia), mediante a avaliação das afirmações efetuadas e das informações fornecidas pelo preparador, e que a mesma é realizada tendo em consideração os critérios estabelecidos, obtendo evidências e chegando a conclusões sobre a integridade da informação apresentada. Na mesma linha, Whittington e Pany (2022), definindo o risco de informação como “o risco de que as informações usadas para avaliar o risco do negócio não sejam precisas”, afirmam que um dos principais objetivos da auditoria é contribuir para a redução do risco de informação, ou seja, minimizar a possibilidade de que as demonstrações financeiras possam conter desvios materiais dos princípios contabilísticos geralmente aceites.

Hatherly et al. (2015) especificam ainda os seguintes objetivos das auditorias financeiras:
i) dar credibilidade às informações financeiras e não financeiras prestadas pela administração

da sociedade nos relatórios anuais; ii) detetar e denunciar fraudes e outros atos ilegais; iii) comunicar dúvidas sobre a situação de uma entidade auditada; iv) analisar as declarações de *corporate governance* constantes dos relatórios anuais das entidades auditadas; v) garantir a fiabilidade dos relatórios sobre a responsabilidade das sociedades; vi) aumentar a expectativa das autoridades reguladoras de que os auditores lhes comuniquem questões preocupantes.

2.2.3. Auditoria financeira – Breve evolução histórica

A palavra "auditoria" deriva da palavra latina “audire”, que significa "ouvir" (Lessambo; 2018), porque, segundo Hatherly et al. (2015), nos antigos impérios grego e romano, os responsáveis pelos fundos públicos (que geralmente não sabiam ler nem escrever) eram obrigados a comparecer periodicamente perante um funcionário do governo para apresentar oralmente as suas contas. De acordo com Teck-Heang e Ali (2008), as antigas atividades de verificação/ auditoria remontam a civilizações antigas, como a China, o Egipto e a Grécia. As antigas atividades de verificação encontradas na Grécia (cerca de 350 a.C.) parecem ser mais próximas da auditoria atual. Semelhantemente, Gul et al. (1994) referem que na época medieval, em Inglaterra, os funcionários do governo visitavam as várias mansões e propriedades para verificar as contas (agora sob a forma escrita), a fim de garantir que os fundos recolhidos e pagos em nome da Coroa eram devidamente contabilizados.

Hatherly et al. (2015), baseando-se em registos históricos de Inglaterra, referem que antes da revolução industrial (que começou no final do século XVIII), a auditoria tinha pouca aplicação comercial. A indústria baseava-se principalmente em pequenos moinhos, localizados onde havia energia hidráulica disponível. Os proprietários eram os gestores destas pequenas empresas e, por conseguinte, não havia recursos - nem necessidade de auditar relatórios. Contudo, no caso das atividades de comércio marítimo, os capitães dos navios eram obrigados a prestar contas aos financiadores, dos fundos e das cargas que lhes eram confiados. Estas contas eram objeto de auditoria (Hatherly et al., 2015; Teck-Heang & Ali, 2008). Segundo Whittington e Pany (2022), desde os tempos medievais até à Revolução Industrial, as auditorias eram realizadas para determinar se as pessoas em posições de responsabilidade oficial no governo e no comércio estavam a agir e a prestar contas de uma forma honesta. Por conseguinte, o principal objetivo da auditoria era a deteção de fraudes, sendo as contas examinadas de forma

pormenorizada e exaustiva, com especial destaque para a exatidão aritmética e a conformidade com a autoridade conferida ao depositário dos fundos (Hatherly et al., 2015).

Durante a Revolução Industrial, à medida que as empresas industriais aumentavam de dimensão, a gestão e o controlo das empresas passaram gradualmente para pequenos grupos de gestores profissionais e bem qualificados (diretores e administradores) que frequentemente não detinham ações das empresas que geriam (Hatherly et al., 2015). Devido a esta crescente separação entre a propriedade e a gestão das sociedades, os proprietários ausentes recorreram cada vez mais a auditores para se protegerem contra o perigo de erros não intencionais, bem como de fraudes cometidas por gestores e empregados (Whittington & Pany, 2022). No período 1844-1920, verificou-se o surgimento e aumento significativo do número de profissionais de contabilidade e auditoria surgiram, e os objetivos da auditoria estavam focados na deteção de fraudes, deteção de erros, e determinação da solvência/insolvência (Chandler et al., 1993; Gill & Cosserat, 1996; Hatherly et al., 2015; Leung et al., 2007).

Na primeira metade do século XX, a auditoria tendeu a afastar-se do objetivo de deteção de fraude, e passou a incluir um novo objetivo de determinar se as demonstrações financeiras davam uma imagem completa e justa da situação financeira, dos resultados operacionais e das alterações na situação financeira (Whittington & Pany, 2022). Esta mudança de ênfase resulta da alteração da envolvente, caracterizada por um número crescente de acionistas e aumento da dimensão das entidades empresariais, e também dos efeitos da Grande Depressão (1929) (Hatherly et al., 2015; Teck-Heang & Ali, 2008).

Na segunda metade do século XX ocorreram importantes alterações na envolvente, nomeadamente: o crescimento contínuo das grandes empresas (com muitas aquisições e fusões); empresas de natureza cada vez mais multinacional; domínio da gestão profissional divorciada dos interesses dos acionistas; importância crescente da fiscalidade; domínio dos investidores institucionais; desenvolvimento de normas de auditoria mais rigorosas (Hatherly et al., 2015). Neste período, os objetivos principais da auditoria consistiam em dar credibilidade às demonstrações financeiras elaboradas pela administração das sociedades, prestação de serviços de consultoria de gestão e verificando-se um aumento gradual da importância da deteção e da comunicação de fraudes e outros atos ilegais (Hatherly et al., 2015). A literatura destaca as seguintes principais características e técnicas de auditoria que emergiram neste período: análise de evidências provenientes de uma grande variedade de fontes internas e externas à entidade; sistemas contabilísticos e técnicas de auditoria informatizados; recurso à

amostragem estatística; abordagem ao risco baseada (i) no conhecimento profundo do cliente, da sua atividade e do seu setor, (ii) na identificação de prováveis distorções materiais nas demonstrações financeiras e (iii) na avaliação da confiança que pode ser depositada nos controlos internos da entidade auditada (Bell et al., 2005; Hatherly et al., 2015; Teck-Heang & Ali, 2008)

Desde a última década do século XX (1990), interessa assinalar algumas ocorrências da envolvente, tais como: o domínio das empresas globais; pressão regulamentar para garantir uma governação responsável das sociedades; aumento da pressão da sociedade para que as empresas sejam socialmente responsáveis; avanços tecnológicos afetam todos os aspetos do ambiente de empresarial/negócio; aumento da importância da China, da Índia, da Rússia e do Brasil na economia mundial; surgimento de índices bolsistas de empresas sustentáveis e socialmente responsáveis; desenvolvimento e adoção quase universal de normas internacionais de contabilidade e auditoria e aumento da regulamentação da auditoria externa em praticamente todos os países do mundo; crise financeira mundial de 2008-9 e crise da zona euro de 2011; maior concentração no setor de serviços de auditoria, com redução das "Big 8" para as "Big 4" empresas de auditoria (Bell et al., 2005; Hatherly et al., 2015; Whittington & Pany, 2022). Conforme referido na secção anterior, de acordo com Hatherly et al. (2015), desde os anos 1990s, os objetivos principais das auditorias financeiras têm sido: dar credibilidade às informações financeiras e não financeiras prestadas pela administração da sociedade nos relatórios anuais; detetar e denunciar fraudes e outros atos ilegais; comunicar dúvidas sobre a situação de uma entidade auditada; analisar as declarações de *corporate governance* constantes dos relatórios anuais das entidades auditadas; garantir a fiabilidade dos relatórios sobre a responsabilidade das sociedades; aumentar a expectativa das autoridades reguladoras de que os auditores lhes comuniquem questões preocupantes. Hatherly et al. (2015) assinalam também as seguintes principais características e técnicas de auditoria que têm emergido: desenvolvimento e adoção de metodologias de auditoria centradas nos riscos de negócio dos clientes, com requisitos reforçados no que respeita à compreensão do cliente e do seu ambiente externo e interno e nas medidas tomadas para mitigar esses riscos (Lemon et al., 2000); maior dependência de sistemas contabilísticos e de técnicas informáticas; procedimentos de auditoria mais rigorosamente prescritos pelas normas de auditoria; adaptação da auditoria ao ambiente do comércio eletrónico/e-business. Whittington e Pany (2022) destacam ainda o papel preponderante de tecnologias avançadas, tais como ciência de dados, inteligência artificial (IA), *machine learning* e automatização robótica de processos que estão atualmente a ser

desenvolvidas a um ritmo acelerado. Com base nestas tecnologias, os auditores têm a oportunidade de desenvolver técnicas e ferramentas de teste inovadoras para garantir a eficácia da auditoria.

2.2.4. *Auditoria financeira voluntária*

Auditoria financeira voluntária consiste numa auditoria financeira promovida pela entidade sem que exista qualquer obrigação específica exigida pela legislação (Haapamaki, 2018). O pressuposto é que muitas entidades têm a necessidade, ou têm a oportunidade, de procurar um julgamento profissional qualificado e independente sobre seus próprios relatórios financeiros (Haapamaki, 2018).

No caso da União Europeia, tem-se verificado algum debate acerca da isenção legal de auditoria e da auditoria voluntária (Ojala et al., 2016). Isto porque, de acordo com a política da União Europeia, com o objetivo de contribuir para um ambiente mais amigável e atrativo para a criação e desenvolvimento de pequenos negócios (European Commission, 2014), as PMEs estão isentas em termos de exigência legal de realização de auditorias financeiras. Contudo, a auditoria financeira pode proporcionar uma garantia valiosa para os utilizadores externos dos relatórios financeiros divulgados, tais como investidores e financiadores, o que se traduz em benefícios diretos às empresas, podendo induzi-las a realizar auditorias voluntariamente, mesmo sem haver exigência legal (Watts & Zimmerman, 1983).

2.3. Benefícios da auditoria financeira voluntária

Alguns estudos anteriores realizados nos EUA, mediante a comparação de empresas auditadas voluntariamente com empresas não auditadas, revelaram implicações no acesso e condições de financiamento. Os estudos de Blackwell et al. (1998) e de Minnis (2011) mostraram que o custo do financiamento era mais baixo no caso das empresas que optavam pela auditoria voluntária. Allee e Yohn (2009) obtiveram evidências de que pequenas empresas que tinham as suas demonstrações financeiras auditadas teriam mais facilidade em obter de financiamento.

Segundo um estudo realizado no Reino Unido por Lennox e Pittman (2011), algumas empresas privadas deixaram de estar obrigadas a ter as suas contas auditadas por um auditor exterior, devido ao aumento dos limites que forçavam uma entidade à revisão legal. O estudo conclui que, as entidades que optaram por continuar a auditar as suas contas beneficiavam de *credit ratings* superiores às entidades que renunciaram estes serviços, resultando em custos de financiamento inferiores. Dedman e Kausar (2012) investigaram o mesmo tema no Reino Unido, tendo verificado o mesmo fenómeno, ou seja, as empresas que permaneceram com as suas contas auditadas apresentavam *credit ratings* superiores às empresas que abandonaram a auditoria às suas contas. Dentro deste tópico de investigação, Kausar et al. (2016) descobriram ainda que as empresas que optavam por uma auditoria financeira, conseguiam obter, por parte das entidades credoras, financiamento de valor superior. Resultados semelhantes foram reportados por Van Caneghem e Van Campenhout (2012) no estudo que desenvolveram para PMEs na Bélgica. O estudo de Kausar et al. (2016) mostrou ainda que este efeito era mais acentuado no caso de empresas com maiores restrições financeiras.

Resultados semelhantes foram revelados pelo estudo de Kim et al. (2011) que investigou a obtenção de financiamento por empresas sul coreanas. Os autores descobriram que as empresas que submeteram relatórios de auditorias voluntárias beneficiaram duma redução da taxa de juro, comparativamente a empresas que apenas preencheram um formulário de reporte financeiro. Adicionalmente, Kim et al. (2011) não encontraram evidências que sugerissem que, naquele processo de captação de financiamento, as empresas pudessem beneficiar com a contratação de uma grande (e de maior qualidade) auditora.

Com base numa amostra de PMEs espanholas, Gandía e Huguet (2020) investigaram adicionalmente o efeito combinado (com a existência de auditoria) do custo da auditoria (como sendo um sinal da qualidade da auditoria) no custo do financiamento. Os autores descobriram que, no caso de auditorias voluntárias, custos superiores de auditoria estavam associados a taxas de juro mais baixas. Este resultado parece sugerir que as auditorias voluntárias serão determinantes para os financiadores se este as percecionarem como sendo credíveis e de qualidade (Gandía & Huguet, 2020).

Briozzo e Albanese (2020), no seu estudo que abrangeu PMEs da Argentina, Brasil, Colômbia e México, encontraram evidências de que a adoção voluntária de auditoria afeta positivamente o acesso a financiamento bancário, o investimento em ativos fixos e a percentagem de fundo de manio financiado com fornecedores.

Este fenómeno pode ser explicado pela confiança que as instituições de crédito têm face à informação financeira fornecida pelas entidades que apresentam um relatório de auditoria em comparação com aqueles que não o apresentam. Uma auditoria reduz a necessidade de investidores externos despenderem recursos na verificação da situação financeira e do desempenho da empresa, o que se reflete num menor custo da dívida (Cassar, 2011). Os conflitos de interesse, assim como a assimetria de informação entre os acionistas e os gestores devido à separação entre propriedade e controlo, origina custos de agência (Jensen & Meckling, 1976; Watts & Zimmerman, 1986). A realização e prestação de demonstrações financeiras têm como um dos propósitos reduzir esta assimetria de informação. No entanto, não é possível garantir que a informação reportada pela gestão seja fidedigna, daí surge a necessidade de um auditor externo, que garanta a fiabilidade da informação (Gjesdal, 1981). Portanto, à luz da teoria de agência (Jensen & Meckling, 1976), a auditoria financeira voluntária pode desempenhar um papel importante nas relações entre as empresas e os investidores, financiadores, fornecedores ou outros principais (Power, 1997) que estejam distantes das ações de gestão e que doutra forma não poderiam verificar as contas da empresa.

No caso das PMEs, em grande parte das situações, os gestores e os detentores de capital são os mesmos, resultando numa diminuição significativa dos custos de agência (Carsberg et al., 1985; Collis, 2010; Collis & Jarvis, 2000; Collis et al., 2004; Corten et al., 2015). Contudo, o universo das PMEs é bastante heterogéneo e nem todas as entidades são detidas pelos mesmos que as gerem. Assim, a possibilidade da inexistência de conflitos de agência nas PMEs é improvável (Coppens & Peek, 2005), sugerindo a necessidade de informação financeira auditada. Deste modo, um dos benefícios reportados na literatura consiste na crença de que a auditoria voluntária permite melhorar a qualidade da informação financeira que é prestada aos investidores e outros principais e assim reduzir os custos de agência (Carey et al., 2000; Collis & Jarvis, 2000; Dedman et al., 2014; Haapamaki, 2018; Senkow et al., 2001; Seow, 2001; Tauringana & Clarke, 2000; Weik et al., 2018).

A literatura aponta também como potencial benefício da auditoria voluntária, a melhoria da informação financeira e de processos de controlo, não apenas para os *stakeholders* (como forma de mitigar eventuais conflitos de agência), mas também para si próprios (Jensen & Payne, 2003). Esta proposição baseia-se na crença dos gestores de que a auditoria permite aperfeiçoar os sistemas de controlo interno e externo, melhorar a integridade da informação financeira e assim suportar de forma mais efetiva a avaliação e tomada de decisão (Abdel-khalik, 1993; Collis, 2010, 2012; Collis et al., 2004; Niemi et al., 2012; Weik et al., 2018).

Por outro lado, embora a auditoria não se proponha detetar fraudes, existe a crença de que ela pode desempenhar um papel fundamental na deteção de elementos de fraude e assim dissuadir potenciais fraudadores (Collis, 2010; Ramos, 2003). Conforme referido por Cassar (2011), as auditorias podem validar a eficácia de como os fundos são transferidos e monitorados em toda a empresa, reduzindo assim a probabilidade de fraude por parte da gestão. Como as pequenas empresas têm frequentemente mais carência de competências em contabilidade e de mecanismos de controlo, o envolvimento dum auditor externo pode reduzir o risco de distorções e, assim, garantir a adequação das demonstrações financeiras (Abdel-khalik, 1993).

Em resumo a literatura sugere que a as auditorias financeiras voluntárias conferem os seguintes benefícios: (i) credit ratings superiores (Dedman & Kausar, 2012; Lennox & Pittman, 2011), (ii) maior facilidade na obtenção financiamento (Allee & Yohn, 2009; Briozzo & Albanese, 2020); (iii) menor taxa de juro (Blackwell et al., 1998; Gandía & Huguet, 2020; Kim et al., 2011; Minnis, 2011), (iv) financiamento de valor superior (Van Caneghem & Van Campenhout, 2012) e de forma mais acentuada no caso de empresas com restrições financeiras (Kausar et al., 2016), (v) maior fração de fundo de maneio financiado com fornecedores (Briozzo & Albanese, 2020), (vi) redução da assimetria de informação, contribuindo para a melhoria das relações entre a gestão e investidores, financiadores, fornecedores ou outros principais (Coppens & Peek, 2005; Gjesdal, 1981; Jensen & Meckling, 1976; Power, 1997; Watts & Zimmerman, 1986), (vii) melhoria da informação financeira e de processos de controlo (Abdel-khalik, 1993; Collis, 2010, 2012; Collis et al., 2004; Niemi et al., 2012; Weik et al., 2018), (viii) pode contribuir para a deteção e dissuasão de fraude (Collis, 2010; Ramos, 2003).

2.4. Determinantes da auditoria financeira voluntária

A literatura proporciona vários estudos que investigaram os determinantes da auditoria das contas de entidades que, de forma voluntária, recorrem a um auditor externo para avaliar e validar a informação financeira reportada.

2.4.1. *Características da empresa*

Dimensão da empresa. Muitos estudos passados evidenciaram uma associação positiva entre a dimensão da empresa e a adoção da auditoria financeira voluntária (Abdel-Khalik, 1993; Carey & Tanewski, 2013; Collis, 2010; Collis et al., 2004; Dedman, Kausar, & Lennox, 2014; Tauringana & Clarke, 2000). Algumas explicações fornecidas pela literatura são (Haapamaki, 2018): (i) a dimensão de uma empresa influencia a procura de auditorias voluntárias, porque quando as empresas crescem, o volume de suas transações também aumenta e é mais provável que ocorram erros nas demonstrações financeiras, levando à necessidade das demonstrações financeiras serem examinadas voluntariamente por um auditor externo independente; (ii) maior dimensão implica maior dificuldade para os acionistas supervisionarem e estar cientes de toda a operação financeira da empresa, conduzindo, portanto, a uma maior necessidade de auditoria voluntária para compensar a perda de controlo; (iii) os custos marginais de ter auditorias externas diminuem com o tamanho da empresa. Consequentemente, a associação entre dimensão da empresa e o uso de auditorias voluntárias é geralmente positiva e significativa.

Forma jurídica. O estudo de Weik et al. (2018) sugere que a probabilidade de as empresas adotarem auditorias voluntárias era maior na situação em que a forma jurídica da empresa era a de “sociedade anónima” comparativamente a de “sociedade por quotas”.

Endividamento da empresa e necessidade financiamento. Alguns estudos tendem a suportar uma associação positiva entre o nível de endividamento e necessidade de financiamento, e a procura por auditoria externa voluntária (Carey et al., 2000; Carey & Tanewski, 2013; Collis et al., 2004; Dedman et al., 2014; Hay & Davis, 2004; Kausar et al., 2016; Tauringana & Clarke, 2000). O pressuposto é que, à medida que a proporção de dívida na estrutura de capital de uma empresa aumenta, os acionistas podem ter maior incentivo para transferir riqueza dos detentores da dívida, e isso aumenta a probabilidade das instituições credoras exigirem uma auditoria (Haapamaki, 2018). Segundo Dedman et al., (2014), uma possível explicação sobre o impacto do endividamento resulta da teoria de Melumad e Thoman (1990), em que as empresas mais endividadas (mais necessitadas de financiamento) optam por se submeter a uma auditoria, no pressuposto de que os credores concluem que apenas os devedores de alto risco escolheriam não ser auditados e que uma empresa auditada apresenta mais probabilidade de ser do tipo de baixo risco. Outros aspetos associados à relação com entidades credoras (bancos e outras entidades financiadoras) parecem ainda determinar a opção por auditorias voluntárias. Diversos

outros estudos têm suportado esta proposição, nomeadamente quando (i) é determinado pelo credit score da empresa (Collis, 2003; Marriott et al., 2006), (ii) existe necessidade de transmitir aos bancos relatórios financeiros (Collis, 2003) e se (iii) os bancos exigem contas auditadas (Collis, 2012). Dedman et al. (2014) também confirmaram a hipótese de que as empresas são mais propensas a adotar auditorias voluntárias quando pretendem aumentar o capital social no futuro próximo. Isso porque a auditoria externa pode certificar a credibilidade e qualidade das demonstrações financeiras, diminuir a incerteza sobre o crescimento futuro e/ou o valor da empresa, contribuindo para uma maior confiança por parte dos investidores

Complexidade. A literatura sugere que a complexidade das organizações influencia positivamente a opção por auditoria externa voluntária (Abdel-Khalik, 1993; Hay & Davis, 2004). Abdel-Khalik (1993) sugeriu que uma cadeia de comando mais longa e menor monitoração das ações dos subordinados, com uma correspondente redução do controlo pela gestão de topo, podem exigir auditorias externas como dispositivo compensatório. O estudo de Hay e Davis (2004) que uma associação positiva com maiores gastos com salários, o que indicia mais empregados, mais níveis de gestão, maior possibilidade de perda de controlo e, portanto, mais complexidade.

A empresa é subsidiária. Os estudos de Dedman et al. (2014) e de Weik et al. (2018) concluíram que a situação da empresa ser subsidiária de outra empresa, estava associada positivamente à adoção de auditorias voluntárias.

Dimensão da administração. Dedman et al. (2014) verificaram que empresas com um maior número de elementos na gestão de topo/ administração, teriam mais probabilidade de optarem por auditorias voluntárias. A justificação é que administrações mais numerosas sofrem de maiores problemas de comunicação e coordenação, que podem ser mitigados por uma auditoria das demonstrações financeiras (Dedman et al., 2014).

Risco da empresa. Os resultados de Dedman et al. (2014) sugerem que medidas de risco da empresa (desempenho financeiro, capacidade de reembolso de dívidas, proporção de ativos arriscados e idade da empresa) estão associados à decisão de auditoria voluntária.

Desempenho financeiro e crescimento. Haw et al. (2008) concluíram que o desempenho financeiro é um fator importante na procura de auditorias voluntárias, pois estas permitem comunicar com credibilidade o compromisso das empresas em divulgar informações financeiras precisas para investidores e reguladores. O estudo de Ojala et al. (2016) indica que as empresas que preveem crescer são mais propensas a adotarem auditoria voluntária.

2.4.2. *Fatores relativos a relações de agência*

A literatura mostra que investigação passada dedicou especial atenção a eventuais determinantes da adoção voluntária de auditoria relacionados com conflitos de agência (Haapamaki, 2018). O estudo conduzido por Collis e Jarvis (2000) sobre a percepção de diretores de pequenas empresas no Reino Unido revelou que 63% dos inquiridos afirmaram que, caso a sua empresa ficasse isenta de realização de auditoria, eles continuariam a auditar as respetivas contas. O principal determinante dessa opção é a crença dos diretores de que a auditoria melhora a qualidade da informação financeira que é prestada aos investidores e outros principais. Seguindo a mesma linha de investigação, mais recentemente Dedman et al. (2014) concluíram que as empresas sentiam uma maior necessidade de voluntariamente auditar as suas contas, quanto maior eram os custos de agência dessas entidades. Diversos outros estudos examinaram implicações de problemas de agência (Jensen & Meckling, 1976), nomeadamente decorrentes da separação entre propriedade e controlo e da assimetria de informação, na procura por auditorias voluntárias (ex. Carey et al., 2000; Senkow et al., 2001; Seow, 2001; Tauringana & Clarke, 2000; Weik et al., 2018).

Fração de capital detido pela gestão. Alguns estudos encontraram evidências de que a percentagem do capital que é detido pelos administradores e gestores pode influenciar inversamente a opção por auditorias voluntárias (Barefield et al., 1993; Mustapha & Yaen, 2013; Tauringana & Clarke, 2000). Ou seja, quanto menor a participação acionista dos administradores ou gestores, maior a probabilidade da empresa se envolver em auditorias voluntárias. O pressuposto é que a extensão da propriedade dá aos administradores ou gestores um incentivo para alocar os recursos de uma empresa de uma forma que pode não ser consistente com as necessidades dos acionistas não-administradores. Em linha com a análise deste determinante, o estudo de Collis (2010) que incidiu sobre PMEs do Reino Unido, sugere que a auditoria voluntária é mais provável em entidades cujos acionistas não estejam presentes na administração da empresa. Os estudos de Seow (2001) e de Weik et al. (2018) revelaram uma correlação positiva da adoção voluntária de auditoria respetivamente com o número de acionistas não administradores (Seow, 2001) e com a proporção de acionistas não envolvidos na gestão (Weik et al., 2018).

Número de acionistas. Dedman et al. (2014) concluíram que as empresas sentiam uma maior necessidade de voluntariamente auditar as suas contas, quanto maior o número de

acionistas. O pressuposto acerca do impacto do número de acionistas é que empresas com maior número de proprietários são mais propensas a sofrer problemas de comunicação, coordenação e disputas, resultando em conflitos de agência mais graves entre os acionistas e entre estes e a gestão, que poderiam ser mitigados por auditorias financeiras (Dedman et al., 2014).

Empresa familiar. No caso em que empresa é totalmente familiar, alguns estudos anteriores sugerem uma associação negativa desta situação com a adoção de auditorias voluntárias (Collis et al., 2004; Collis, 2010). Uma explicação possível é que o nível de confiança entre os proprietários, sendo parentes, é provavelmente maior.

Relações de agência com credores. A literatura sugere que as empresas adotam auditorias voluntárias para assegurarem as relações de agência com credores. Por exemplo, as contas podem ser auditadas para satisfação de necessidades ou requisitos dos credores (Abdel-Khalik, 1993; Rennie et al., 2003; Senkow et al., 2001; Seow, 2001), podendo mesmo ser condição essencial nas decisões de empréstimos bancários (Dharan, 1992). Os estudos de Collis et al. (2004) e Collis (2010, 2012) mostraram evidências de que a probabilidade de adoção de auditoria voluntária aumenta se a empresa tiver de manter relações de agência com os credores, com vista a mitigar eventuais problemas de assimetria de informação.

Relações de agência com fornecedores. Os estudos de Collis (2010, 2012) e de Ojala et al. (2016) mostram que as empresas podem optar por auditorias voluntárias para sinalizar a credibilidade de sua situação financeira para garantir a continuidade dos fornecimentos.

2.4.3. *Melhoria da informação financeira e de processos de controlo*

Alguns estudos passados revelaram um outro determinante da adoção de auditorias voluntárias que consiste na preocupação para com a melhoria da informação financeira e de processos de controlo. O pressuposto é que a administração tem interesse na integridade da informação financeira com vista a suportar a avaliação e tomada de decisão (Abdel-khalik, 1993; Collis, 2010, 2012; Collis et al., 2004; Niemi et al., 2012; Weik et al., 2018). Com este propósito, os gestores procuram estabelecer, manter e aperfeiçoar sistemas de controlo interno e externo para garantir a integridade da informação financeira, não só para os *stakeholders* (como forma de mitigar eventuais conflitos de agência), mas também para si próprios (Jensen & Payne, 2003). Por outro lado, embora a auditoria não se proponha detetar fraudes, ela pode desempenhar um

papel fundamental na detecção de elementos de fraude e assim dissuadir potenciais fraudadores (Collis, 2010; Ramos, 2003). Conforme referido por Cassar (2011), as auditorias podem validar a eficácia de como os fundos são transferidos e monitorados em toda a empresa, reduzindo assim a probabilidade de fraude por parte da gestão. Como as pequenas empresas têm frequentemente mais carência de competências em contabilidade e de mecanismos de controlo, o envolvimento dum auditor externo pode reduzir o risco de distorções e, assim, garantir a adequação das demonstrações financeiras (Abdel-khalik, 1993). Seguindo este racional, os estudos de Collis et al. (2004), no Reino, de Collis (2010), na Dinamarca e Reino Unido, de Niemi et al. (2012), na Finlândia, e de Weik et al. (2018) na Alemanha, concluíram que a percepção dos gestores acerca da capacidade da auditoria para contribuir para a verificação e melhoria da informação e sistemas de controlo está positivamente associada com a procura de auditoria voluntária.

2.4.4. *Outros determinantes*

Outsourcing de serviços contabilidade. Diversos estudos apontam uma associação inversa entre o outsourcing de serviços profissionais de contabilidade e a procura de auditorias voluntárias (Niemi et al., 2012; Ojala et al., 2014; Weik et al., 2018). De acordo Weik et al. (2018), uma explicação possível é que o envolvimento de especialistas externos, com os recursos e qualificações profissionais necessários, proporciona aos gestores e aos *stakeholders* da empresa, garantias adicionais quanto à integridade da informação financeira, diminuindo assim a necessidade de recorrer a uma auditoria voluntária. Neste sentido, Ojala et al. (2014) consideram que, se houver confiança no prestador de serviços contabilidade, os benefícios de ter uma auditoria diminuem. Assim, se os especialistas externos forem percebidos como confiáveis e competentes, o outsourcing de contabilidade pode substituir uma auditoria externa.

Percepção sobre o custo e consumo de tempo da auditoria. De acordo com diversos estudos passados (Collis; 2012; Collis et al., 2004; Seow, 2001), a percepção dos decisores sobre o custo dum auditoria e o consumo de tempo dos empregados e gestores da empresa, está inversamente associada à procura de auditorias voluntárias, especialmente em microempresas (Collis, 2012). Ou seja, um dos determinantes mais poderosos na adoção de auditorias voluntárias, consiste na percepção de que o custo da auditoria e o consumo de tempo não são excessivos (Collis, 2012).

Percepção sobre o risco de divulgação de informação comercial sensível. Collis (2012), na revisão da literatura do seu estudo, refere que entrevistas realizadas a pequenas empresas do Reino Unido, sugerem que a percepção geral dos respetivos diretores gerais é que a divulgação de informação comercial da empresa associada a uma auditoria não confere desvantagens competitivas na medida em que não proporciona uma ajuda significativa aos seus concorrentes (Carsberg et al., 1985). Contudo, o estudo de Collis (2012) mostrou que a adoção de auditoria voluntária estava inversamente associada à percepção dos gestores de que a divulgação de informação (no âmbito da auditoria) é desvantajosa na medida que pode prejudicar a posição competitiva da empresa.

Capítulo III. Metodologia

3.1. Questão de investigação

Bell et al. (2022, p. 82), embora reconheçam a existência de estudos conduzidos sem a formulação de questões, recomendam que um processo de investigação na área de gestão se inicie com o desenvolvimento das questões concretas de investigação. Saunders et al. (2020, p. 42) também referem que antes de iniciar o processo de investigação, é importante expressar o tópico de pesquisa na forma duma questão claramente definida, acrescentando que o sucesso do estudo depende da adequação das questões de investigação. Segundo Saunders et al. (2020, p. 42), as questões de investigação são cruciais porque orientam a pesquisa e revisão da literatura, as decisões sobre o desenho da investigação, as decisões sobre os dados, respetivas fontes e procedimentos de obtenção e tratamento, a análise dos resultados e a redação do relatório, evitando esforços desnecessários.

De acordo com Bell et al. (2022), os seguintes critérios poderão ser aplicados para avaliar a adequação das questões de investigação: (i) serem claras/compreensíveis para todos; (ii) serem investigáveis; (iii) estarem relacionadas com teoria e investigação estabelecidas; (iv) estarem interligadas; (v) terem potencial para fazerem uma contribuição para o conhecimento (Bell et al., 2022, p. 86).

Considerando as recomendações e os critérios anteriores (Bell et al., 2022; Saunders et al., 2020), a questão de investigação formulada, com vista a orientar o desenho da metodologia e desenvolvimento do presente estudo, é a seguinte:

Qual a perceção das PMEs portuguesas relativamente aos benefícios e custos da adoção voluntária de auditoria?

3.2. Considerações metodológicas

A metodologia de investigação (*research design*) proporciona um quadro geral de processo de investigação, envolvendo nomeadamente métodos de obtenção, tratamento e análise de dados

(Bell et al., 2022). A formulação da metodologia implica a tomada de opções e decisões que refletem as orientações e prioridades estabelecidas para a investigação em causa.

De acordo com Saunders et al. (2020, p. 174), a metodologia de investigação pode ser descrita segundo os seguintes aspetos: (i) filosofia, (ii) abordagem para desenvolvimento de teoria, (iii) opção metodológica, (iv) estratégia, (v) horizonte temporal, e (vi) métodos de obtenção e análise de dados.

3.2.1. *Paradigma filosófico*

A formulação da metodologia de investigação é influenciada pela orientação filosófica subjacente, a qual inclui, nomeadamente, pressupostos associados à dimensão epistemológica (Isaeva et al., 2015). Epistemologia refere-se à natureza e processo de desenvolvimento do conhecimento (Moser et al., 1998). Segundo Ghauri et al. (2020), apesar de diferentes pressupostos filosóficos implicarem métodos distintos, na investigação em gestão, não existe consenso acerca da filosofia mais adequada. Saunders et al. (2020, p. 144) identificam cinco diferentes paradigmas filosóficos associados à investigação em gestão: positivismo, realismo crítico, interpretativismo, pós-modernismo e pragmatismo. De acordo com o paradigma do positivismo, investigação envolve a aplicação de métodos de ciências naturais ao estudo duma dada realidade social observável. A finalidade é construir o conhecimento único, objetivo, inequívoco e preciso, baseado em factos observáveis e mensuráveis, que pode ser explicado por generalizações causais, e que pode ser usado para prever comportamentos (Bell et al., 2022; Donaldson, 1997). O paradigma do interpretativismo, o qual tem sido assumido como uma alternativa à ortodoxia positivista (Bell et al., 2022), assume que a conjugação de diversas interpretações com fatores de contexto pode contribuir para uma compreensão mais rica e aprofundada de fenómenos sociais (Crotty, 1998). Este paradigma assume que o contexto é importante, que o conhecimento é subjetivo e, como tal, várias explicações e interpretações de fenómenos sociais podem coexistir, e que os significados subjetivos atribuídos em função dos contextos são mais importantes (Ghauri et al., 2020). Nesta posição epistemológica, a ênfase está na compreensão do mundo social por meio da análise da interpretação desse mundo por seus participantes (Bell et al., 2022).

O presente estudo assume uma posição essencialmente positivista, na medida em que pretende identificar e/ou confirmar algumas proposições relativas a potenciais benefícios e custos da adoção voluntária de auditoria. Por outro lado, a metodologia também incorpora alguns elementos do interpretativismo, pois considera a possibilidade de existirem diferentes interpretações da realidade social em estudo, assim como a importância de fatores de contexto.

3.2.2. *Abordagem para desenvolvimento de teoria*

No que respeita à classificação quanto à abordagem para desenvolvimento de teoria, interessa destacar duas formas, a dedutiva e a indutiva (Bell et al., 2022). Num processo dedutivo, a investigação tem um propósito confirmatório, começando com a identificação de teoria através da leitura e revisão da literatura, sendo a metodologia desenhada com vista ao teste ou confirmação daquela teoria. Por outro lado, num processo indutivo, a investigação tem essencialmente propósitos descritivo e exploratório, começando com a recolha de dados para explorar e clarificar, e assim melhor compreender um determinado fenómeno, com a finalidade de, conceitualmente, gerar ou construir uma teoria que explique o referido fenómeno, mas sem esforço de validação (Saunders et al., 2020).

O presente estudo incorpora essencialmente elementos do processo dedutivo, na medida em que o ponto de partida consiste na revisão de literatura e identificação das teorias em uso associadas à questão de investigação. Desta forma os procedimentos para obtenção de dados consideram algumas questões fechadas para validação daquelas teorias. Por outro lado, a metodologia seguida também considera alguns elementos do processo indutivo, na medida em que procura obter, numa abordagem exploratória (baseada em questões abertas), dados sobre outros eventuais aspetos e fatores ainda não identificados na literatura e que possam contribuir para a formulação de novas proposições que respondam à questão de investigação.

3.2.3. *Opção metodológica*

A opção metodológica refere-se à natureza dos procedimentos de obtenção e análise de dados, sendo que a investigação pode ser classificados como quantitativa, qualitativa ou mista

(Saunders et al., 2020). A investigação quantitativa foca-se na procura dos factos e razões do comportamento social numa perspetiva externa e distante dos dados e contexto, enfatiza a identificação de variáveis e respetivas medições controladas e os resultados são obtidos normalmente por métodos estatísticos (Reichardt & Cook, 1979). A investigação quantitativa surge normalmente associada ao paradigma do positivismo e ao processo dedutivo, incorpora uma visão objetiva da realidade, sendo principalmente dirigida para o teste/verificação de teorias (Bell et al., 2022). A abordagem qualitativa foca-se na procura da compreensão do meio social através do ponto de vista dos participantes, enfatiza a recolha de frases descritivas e a produção dos resultados não envolve métodos estatísticos ou quaisquer outros procedimentos quantitativos (Reichardt & Cook, 1979). Os métodos de obtenção de dados incluem nomeadamente, observação, entrevistas qualitativas, *focus groups* e análise qualitativa de textos e documentos áudio visuais. Esta abordagem está normalmente associada ao paradigma filosófico do interpretativismo (preocupação para com a forma como as pessoas percebem e interpretam a realidade social) e ao processo indutivo, incorpora uma visão subjetiva da realidade, sendo principalmente dirigida para a geração de teorias (Bell et al., 2022). De acordo com a literatura, as duas abordagens são complementares e não podem ser usadas isoladamente uma da outra (Jankowicz, 1991). De acordo com Bryman (2006), o uso de vários métodos qualitativos e quantitativos ajuda a superar as fraquezas associadas ao uso de apenas um método, proporcionando uma abordagem mais rica para coleta de dados, análise e interpretação. Muitos estudos combinam elementos de ambas as abordagens qualitativa e quantitativa. Por exemplo, os dados podem ser obtidos por meio de observações e entrevistas qualitativas, e serem depois codificados de forma a permitirem uma análise estatística (Ghauri et al., 2020).

Conforme especificado nas seções seguintes, o trabalho desenvolvido na presente investigação assume primeiramente um carácter qualitativo por envolver a obtenção de dados através de entrevistas qualitativas essencialmente focadas na captação dos pontos de vista dos participantes, no que respeita à percepção das PMEs portuguesas sobre os benefícios e custos da adoção voluntária de auditoria. Mas o presente estudo também incorpora alguns elementos da abordagem quantitativa porque prevê a quantificação das frequências associadas às categorias identificadas (tipificação dos potenciais benefícios e custos da adoção voluntária de auditoria).

3.2.4. *Estratégia e horizonte temporal*

A estratégia de investigação consiste no plano de ação para obter e analisar dados com vista a atingir os objetivos essenciais do estudo, que normalmente consiste em responder às questões de investigação (Denzin & Lincoln, 2018). De acordo com Saunders et al. (2020), algumas das estratégias aplicadas na investigação em gestão podem ser: experiência, pesquisa (*survey*), pesquisa de arquivos e documentos, estudo de caso, etnografia, investigação ação e teoria emergente.

A estratégia selecionada no presente trabalho consiste na pesquisa (*survey*) qualitativa, baseada em entrevistas semiestruturadas, com o propósito de obter dados padronizados acerca das percepções das PMEs portuguesas sobre os benefícios e custos da adoção voluntária de auditoria. A estratégia de pesquisa caracteriza-se pela obtenção de dados, normalmente através de questionários ou entrevistas, passíveis de padronização, a partir duma amostra de respondentes (relativamente a uma determinada população), de forma a permitir comparações quantitativas e/ou qualitativas (Saunders et al., 2020). De acordo com Saunders et al. (2020), a pesquisa é uma estratégia muito popular na investigação em gestão e frequentemente usada para tratar questões do tipo “o quê”, “quais”, “quem” e “quanto”.

No que respeita ao horizonte temporal, a investigação pode ser classificada como transversal ou longitudinal (Bell et al., 2022). O modo transversal envolve a recolha de informação quantitativa e qualitativa sobre vários casos ocorridos no mesmo período de tempo. O modo longitudinal envolve a recolha de informação quantitativa e qualitativa ao longo do tempo sobre um ou mais casos. O presente estudo enquadra-se no modo transversal.

3.3. Dados, amostra e procedimento

O tratamento da questão de investigação é baseado em dados primários que reflitam as percepções das PMEs portuguesas sobre os benefícios e custos da adoção voluntária de auditoria. De acordo com Ghauri et al. (2020), dados primários são dados obtidos pelo investigador por meio de questionários, entrevistas ou experiências, os quais são específicos para a abordagem

da problemática em estudo. O investigador pode especificar exatamente quais dados que devem ser obtidos, o respetivo procedimento, e pode verificar pessoalmente os dados.

Com vista a delimitar o âmbito da investigação, selecionou-se o setor vinícola, pelo que os dados obtidos são relativos a PMEs portuguesas do setor vinícola.

Os dados serão obtidos através de entrevistas semiestruturadas aplicadas a dirigentes de associações representativas das PMEs do setor vinícola. Deste modo, os dados serão provenientes duma fonte indireta. Ou seja, os participantes serão inquiridos acerca das percepções dos dirigentes das PMEs que representam relativamente aos benefícios e custos da adoção voluntária de auditoria. Este procedimento pode proporcionar algumas vantagens, tais como maior interesse e disponibilidade dos participantes, uma perspetiva mais abrangente e partilhada das percepções, motivações e atitudes das organizações associadas relativamente à problemática em estudo. Também de realçar que alguns dos dirigentes das associações são, ou já foram, gestores de empresas do setor (o que se comprovou em alguns casos). Por outro lado, as associações podem prestar informação isenta de enviesamentos no que respeita ao problema de custos de agência (gestores *versus* detentores do capital).

A amostra de associações envolvidas é não probabilística, sendo, por conveniência, constituída de acordo com a disponibilidade e acessibilidade dos profissionais abordados.

O guião de entrevista é previamente preparado, o qual inclui um conjunto de questões, de carácter aberto e fechado. As questões fechadas são formuladas com base na revisão de literatura. Apesar da entrevista se basear na estrutura do guião, as perguntas são adaptadas à medida que a entrevista decorre, por forma a permitir uma conversa fluída.

No processo de recolha dos dados, contactei 25 associações vinícolas via correio eletrónico, onde propus a realização de uma entrevista cujo objetivo seria entender a perspetiva que os dirigentes das PMEs têm relativamente à auditoria financeira. Obtive 11 respostas a confirmar a vontade das associações de participar nas entrevistas e, posteriormente, foi agendada uma data para cada.

3.4. Tratamento e análise de dados

O processo de tratamento de dados baseou-se na análise de conteúdo dos textos resultantes das entrevistas. Os textos foram analisados e interpretados de forma a criar categorias com significado relativamente homogêneo, que capturam e esgotam todas as ideias contidas nas respostas. A identificação das categorias seguiu a lógica hierárquica (Saunders et al., 2020). Seguidamente são determinadas as frequências associadas às categorias identificadas. O cálculo das frequências segue a lógica hierárquica, ou seja, a frequência observada numa dada subcategoria é relativa ao número de respostas na categoria imediatamente superior.

Capítulo IV. Resultados e Discussão

4.1. Vantagens da adoção voluntária de auditoria

Nesta secção são apresentados e analisados os resultados do tratamento das respostas obtidas às questões Q1.1 a Q1.5 do guião de entrevista, as quais são relativas às potenciais vantagens da adoção voluntária de auditoria.

4.1.1. *Vantagens na obtenção de financiamentos*

A questão Q1.1 pretende explorar potenciais vantagens na obtenção de financiamentos, contendo o seguinte texto:

Q1.1 - Assumindo que existem Associados que recorrem ou poderão necessitar de recorrer a financiamentos bancários, considera que podem existir vantagens para aqueles que apresentam contas auditadas/certificadas face aos que apresentam contas não auditadas? Indicar/ exemplificar as vantagens.

Todos os entrevistados (11 no total) concordaram que a adoção voluntária de auditoria confere vantagens na obtenção de financiamentos. A tabela 4.1 apresenta as categorias identificadas no texto das respostas dos sujeitos em termos de exemplos de vantagens, assim com as respetivas frequências.

As categorias mais representadas consistem na “taxa de juro e outras condições mais favoráveis” e “maior facilidade de acesso ao financiamento”, sendo referidas respetivamente por 73% e 64% dos entrevistados. Este resultado está em linha com a literatura, nomeadamente os estudos de Minnis (2011) e Allee e Yohn (2009), realizados nos EUA, de Lennox e Pittman (2011), no Reino Unido, Kim et al. (2011) na Coreia do Sul, Gandía e Huguet (2020) em Espanha, e Briozzo e Albanese (2020) em países da América do Sul.

Tabela 4.1 – Vantagens na obtenção de financiamentos

Categoria	Descrição	Frequência	%
Q1.1.N	Não existem vantagens na obtenção de financiamentos	0	0%
Q1.1.S	Sim, existem vantagens na obtenção de financiamentos	11	100%
Q1.1.S.1	Maior facilidade de acesso ao financiamento	7	64%
Q1.1.S.1.1	Especialmente para pequenas empresas	4	57%
Q1.1.S.1.2	Especialmente de longo prazo	1	14%
Q1.1.S.2	Taxa de juro e outras condições mais favoráveis.	8	73%
Q1.1.S.3	Menor risco para os financiadores	5	45%
Q1.1.S.4	Informação prestada é clara/fidedigna/credível	5	45%
Q1.1.S.5	Favorece relacionamento com financiadores	1	9%

(a) Frequências (%) nas subcategorias são relativas ao número de respostas na categoria respetiva

Fonte: Elaboração do autor

Dentro da categoria “maior facilidade de acesso ao financiamento” foram identificadas duas subcategorias: (i) “especialmente para pequenas empresas”, com frequência de 57%, e “especialmente de longo prazo”, com frequência de 14%. Estas respostas estão possivelmente associadas à percepção de que empresas mais pequenas, eventualmente em crescimento e com necessidade de capital, têm mais dificuldade em aceder a financiamento externo, o que de certa forma são consistentes com a investigação passada (Carey et al., 2000; Carey & Tanewski, 2013; Collis et al., 2004; Dedman et al., 2014; Hay & Davis, 2004; Kausar et al., 2016; Tauringana & Clarke, 2000) que revelou uma associação positiva entre a necessidade de financiamento e a procura por auditoria externa voluntária.

Os entrevistados mencionaram também como potencial benefício da adoção de auditoria voluntária, o “menor risco para os financiadores” com uma frequência de 45%. Esta resposta está associada ao *credit score* da empresa que reflete a percepção do risco por parte das instituições financiadoras, o que está em linha com estudos passados que também apontaram este benefício, nomeadamente Lennox e Pittman (2011) e Dedman e Kausar (2012).

Uma parte expressiva dos entrevistados referiram como potencial benefício, a “informação prestada (aos financiadores) é clara/fidedigna/credível”, com uma frequência de 45%. Este resultado é convergente com alguns estudos reportados na literatura sobre este tópico, cuja fundamentação se baseia essencialmente na potencial diminuição dos custos de agência (por

exemplo, Carey et al., 2000; Collis & Jarvis, 2000; Dedman et al., 2014; Haapamaki, 2018; Senkow et al., 2001; Seow, 2001; Tauringana & Clarke, 2000; Weik et al., 2018).

Um dos entrevistados (9%) referiu ainda que a auditoria voluntária “favorece o relacionamento com financiadores”. Esta vantagem é convergente com a literatura que tem mostrado que as empresas adotam auditorias voluntárias para assegurarem as relações de agência com credores com vista a mitigar eventuais problemas de assimetria de informação (por exemplo, Abdel-Khalik, 1993; Rennie et al., 2003; Senkow et al., 2001; Seow, 2001).

4.1.2. *Vantagens na informação financeira à gestão e sistemas de controlo*

A questão Q1.2 pretende explorar potenciais vantagens em termos da qualidade da informação financeira à gestão, assim como em termos de efetividade dos sistemas de controlo implementados, contendo o seguinte texto:

Q1.2 - Poderão existir vantagens para a Gerência/Administração das empresas que têm auditoria financeira face às que não têm auditoria, no que concerne à informação financeira que é produzida e aos sistemas de controlo implementados? Indicar/exemplificar as vantagens.

A tabela 4.2 mostra os resultados obtidos relativamente à questão anterior. A interpretação dos textos das respostas sugere as categorias indicadas, assim com as respetivas frequências.

A totalidade dos entrevistados concordou que a adoção voluntária de auditoria confere vantagens em termos de informação financeira à gestão e sistemas de controlo. A tabela 4.2 apresenta as categorias e respetivas frequência que foram identificadas no texto das entrevistas.

Para além da informação sintetizada na tabela 4.2, interessa destacar as seguintes transcrições de algumas entrevistas:

“Segundo o entrevistado, este esteve presente na gestão de sociedades anónimas do setor, onde era necessário a existência dum ROC. O entrevistado refere que o ROC, especialmente quando a empresa era jovem, promoveu a melhoria e implementação de alguns processos de controlo junto dos gestores, cujo entrevistado apreciou e considerou muito útil. No que concerne à melhoria dos sistemas de controlo, realçou melhorias nos sistemas informáticos que permitam analisar o negócio no dia-a-dia através de indicadores financeiros. Esta informação é bastante útil, fidedigna e a base para muitas das decisões.”

Tabela 4.2 – Vantagens na informação financeira à gestão e sistemas de controlo

Categoria	Descrição	Frequência	%
Q1.2.N	Não existem vantagens	0	0%
Q1.2.S	Sim, existem vantagens	11	100%
Q1.2.S.1	Especialmente empresas maiores e maior complexidade	5	45%
Q1.2.S.2	Foco na melhoria dos sistemas de controlo	9	82%
Q1.2.S.3	Informação financeira mais fiável/ fidedigna	7	64%
Q1.2.S.4	Informação financeira mais relevante	5	45%
Q1.2.S.4	Melhoria da tomada de decisão	2	18%

(a) Frequências (%) nas subcategorias são relativas ao número de respostas na categoria respetiva

Fonte: Elaboração do autor

“A auditoria contribui para informação mais fidedigna, mais vantagens para empresas de maior dimensão (mais volume, mais diversidade de operações, mais complexidades)”

Duma forma geral, os resultados associados a esta questão revelam a percepção de que a auditoria voluntária contribui para a melhoria da informação financeira, dos processos de controlo e do processo de tomada de decisão, o que é consistente com as descobertas reportadas na literatura (por exemplo, Abdel-khalik, 1993; Collis, 2010, 2012; Collis et al., 2004; Niemi et al., 2012; Weik et al., 2018).

4.1.3. *Vantagens na informação financeira aos detentores do capital*

A questão Q1.3 pretende explorar potenciais vantagens em termos da qualidade da informação financeira que é transmitida aos detentores do capital das sociedades. contendo o seguinte texto:

Q1.3 - Considera que a existência de uma auditoria financeira, traga vantagens aos detentores de capital dos seus associados, no que concerne à informação que lhes é transmitida pela gestão? Indicar/exemplificar as vantagens.

Os resultados relativos ao tratamento da questão anterior, em termos de categorias e respetivas frequências, são sintetizados na tabela 4.3.

Tabela 4.3 – Vantagens na informação financeira aos detentores do capital

Categoria	Descrição	Frequência	%
Q1.3.N	Não existem vantagens	4	36%
Q1.3.N.1	Associados são essencialmente empresas pequenas em que os detentores do capital são os gerentes	4	100%
Q1.3.S	Sim, existem vantagens	7	64%
Q1.3.S.1	Apenas nas grandes empresas com separação entre gestão e propriedade do capital	3	43%
Q1.3.S.2	Especialmente nas grandes empresas com separação entre gestão e propriedade do capital	2	29%
Q1.3.S.3	Alinhamento de interesses entre os detentores de capital, e entre estes e a gestão	4	57%

(a) Frequências (%) nas subcategorias são relativas ao número de respostas na categoria respetiva

Fonte: Elaboração do autor

Uma grande parte dos entrevistados (64%) concordou que a adoção voluntária de auditoria confere vantagens em termos da informação financeira que é prestada aos detentores do capital. Dentro da resposta positiva, foram identificadas categorias que especificam a vantagem de “alinhamento de interesses entre os detentores de capital, e entre estes e a gestão” (com uma frequência de 57%) e que as vantagens ocorrem apenas/especialmente nas grandes empresas com separação entre gestão e propriedade do capital (com uma frequência total de 72%). Por sua vez, uma parte dos entrevistados (36%) discordou, justificando todos eles que os associados são essencialmente empresas pequenas em que os detentores do capital são os gerentes.

Para além da informação apresentada na tabela 4.3, interessa destacar as seguintes afirmações extraídas do texto das entrevistas:

“De acordo com a experiência do entrevistado, ocorreram situações em que sócios-gerentes de empresas do setor tomaram decisões prejudiciais às empresas, prejudicando os restantes sócios. Enfatizando, que se a empresa fosse auditada, esta situação poderia ter sido evitada ou, pelo menos, menos prejudicial aos demais sócios.”

“Segundo o entrevistado, mencionando de novo a sua experiência em sociedades anónimas, considera que existam vantagens para os sócios, a existência de auditorias financeiras. No entanto, no que toca aos associados, refere que não se aplica a uma boa parte deles, visto serem empresários com empresas de pequenas dimensões.”

A discussão destes resultados pode ser feita à luz da teoria de agência (Jensen & Meckling, 1976; Watts & Zimmerman, 1986). Tal como evidenciado por diversos estudos (por exemplo, Carey et al., 2000; Collis & Jarvis, 2000; Dedman et al., 2014; Haapamaki, 2018; Senkow et al., 2001; Seow, 2001; Tauringana & Clarke, 2000; Weik et al., 2018), os resultados do presente estudo sugerem igualmente que a auditoria voluntária pode contribuir para a mitigação de problemas decorrentes da assimetria de informação entre os acionistas e os gestores devido à separação entre propriedade e controlo. Por outro lado, uma parte significativa dos entrevistados (36%) discorda, na medida em que os associados são essencialmente empresas pequenas em que os detentores do capital são os gerentes e, como tal, resulta numa diminuição significativa dos problemas de agência. Esta percepção é similar à reportada em estudos passados (por exemplo, Carsberg et al., 1985; Collis, 2010; Collis & Jarvis, 2000; Collis et al., 2004; Corten et al., 2015), o que por sua vez está em linha com diversas pesquisas anteriores que evidenciam que a percentagem do capital que é detido pelos administradores e gestores influencia inversamente a opção por auditorias voluntárias (por exemplo, Barefield et al., 1993; Mustapha & Yaen, 2013; Tauringana & Clarke, 2000).

4.1.4. *Vantagens na deteção de fraude*

A questão Q1.4 visa explorar potenciais vantagens no respeito à eficácia na deteção de fraude, contendo o seguinte texto:

Q1.4 - Considera existirem vantagens nas entidades que adotam auditoria financeiras, comparativamente às que não adotam, relativamente à possível deteção de fraude? Indicar/exemplificar as vantagens.

Tabela 4.4 – Vantagens na detecção de fraude

Categoria	Descrição	Frequência	%
Q1.4.N	Não existem vantagens	5	45%
Q1.4.N.1	Não existe registo de ocorrências de fraude no setor	3	60%
Q1.4.S.	Sim, existem vantagens	6	55%
Q1.4.S.1	Número muito reduzido de ocorrências de fraude no setor	1	17%
Q1.4.S.2	Especialmente empresas maiores	4	67%
Q1.4.S.3	Permite melhor acompanhamento por todos os sócios	1	17%
Q1.4.S.4	Inibe a prática de fraudes	3	50%
Q1.4.S.5	Contribui para a reputação da empresa e do setor	1	17%

(a) Frequências (%) nas subcategorias são relativas ao número de respostas na categoria respetiva

Fonte: Elaboração do autor

Os resultados relativos às respostas da presente questão, em termos de categorias e respetivas frequências, são sintetizados na tabela 4.4.

A maior parte dos entrevistados (55%) concordou que a adoção voluntária de auditoria confere vantagens em termos de detecção de fraude. Dentro da resposta positiva, foram identificadas categorias que especificam que a vantagem ocorre “especialmente em empresas maiores” (com uma frequência de 67%) e que a auditoria funciona como um fator inibidor (com uma frequência de 52%). Dos entrevistados (45%) que discordaram, grande parte (60%) justificou com a alargada inexistência de ocorrências de fraude no setor.

Estes resultados estão de certa forma alinhados com a literatura no que respeita à crença de que a auditoria voluntária pode contribuir na detecção de elementos de fraude e assim dissuadir potenciais fraudadores (Collis, 2010; Ramos, 2003).

4.1.5. *Vantagens adicionais*

A questão Q1.5, de carácter mais aberto, pretende explorar vantagens adicionais que sejam percebidas pelos respondentes relativamente à adoção voluntária pelas sociedades associadas de auditoria financeiras.

Q1.5 - Considera existirem mais vantagens na realização de auditorias aos seus associados?

Os resultados relativos às respostas da questão anterior, em termos de categorias e respetivas frequências, são sintetizados na tabela 4.5.

Tabela 4.5 – Vantagens adicionais

Categoria	Descrição	Frequência	%
Q1.5.N	Não existem mais vantagens	7	64%
Q1.5.S.	Sim, existem mais vantagens	4	36%
Q1.5.S.1	Informação mais sistematizada e consolidada	1	25%
Q1.5.S.2	Vantagem competitiva	1	25%
Q1.5.S.3	Promove a credibilidade/ reputação	2	50%
Q1.5.S.4	Promove confiança entre os sócios e a gestão	1	25%
Q1.5.S.5	Promove aprendizagem	1	25%

(a) Frequências (%) nas subcategorias são relativas ao número de respostas na categoria respetiva

Fonte: Elaboração do autor

A maior parte dos entrevistados (64%) não indicaram vantagens adicionais. As respostas dadas por alguns participantes (36%) permitiram identificar outras vantagens. A vantagem de proporcionar informação mais sistematizada e consolidada, pode ser considerada como incluída no âmbito da questão Q1.2. A promoção da credibilidade/ reputação e da confiança entre sócios e a gestão são vantagens que podem ser interpretadas à luz da teoria de agência (Jensen & Meckling, 1976; Watts & Zimmerman, 1986), tal como discussão acerca dos resultados da questão Q.1.3 no que respeita ao impacto da auditoria voluntária na relação da empresa com os seus *stakeholders* mais relevantes. De destacar ainda a vantagem de promover a aprendizagem, com consequências nomeadamente na melhoria dos sistemas de controlo, o que está em linha com os resultados de alguns estudos passados (por exemplo: Collis, 2010; Niemi et al., 2012; Weik et al., 2018).

4.2. Desvantagens da adoção voluntária de auditoria

A presente secção aborda os resultados relativos à análise das respostas às questões Q2.1 a Q2.3 do guião de entrevista, as quais tratam potenciais desvantagens da adoção voluntária de auditoria.

4.2.1. *Impacto na produtividade dos trabalhadores*

A questão Q2.1 aborda eventuais impactos negativos na produtividade da empresa devido à afetação de empregados às atividades de auditoria.

Q2.1 - Tendo em conta entidades que adotem auditoria financeira, considera existirem desvantagens para os seus associados, no que concerne à produtividade dos trabalhadores (devido à afetação de trabalhadores às atividades de auditoria)?

A tabela 4.6 apresenta os resultados da análise das respostas da questão anterior.

Tabela 4.6 – Impacto na produtividade dos trabalhadores

Categoria	Descrição	Frequência	%
Q2.1.S	Sim, impacta negativamente na produtividade	11	100%
Q2.1.S.1	Impacto pouco significativo	2	18%
Q2.1.S.2	Processos pouco eficientes	7	64%
Q2.1.S.3	Processos complexos	2	18%
Q2.1.S.4	Dificuldades de relacionamento com equipa auditora	1	9%
Q2.1.S.5	Especialmente nas primeiras auditorias	4	36%
Q2.1.S.6	Menos impacto depois com a aprendizagem e melhoria	4	36%
Q2.1.N	Não existe impacto	0	0%

(a) Frequências (%) nas subcategorias são relativas ao número de respostas na categoria respetiva

Fonte: Elaboração do autor

Para além da informação sintetizada na tabela 4.6, interessa destacar as seguintes afirmações:

“Sim, existem desvantagens. É expectável que, nas primeiras auditorias exista uma maior dedicação por parte dos trabalhadores às atividades de auditoria. No entanto, com a experiência e melhoria dos processos consegue-se uma maior eficiência, e como tal um menor impacto negativo na produtividade.”

“Sim, existem desvantagens. Considero que a curto prazo, é complicado agilizar os processos e acostumar os trabalhadores à auditoria, podendo por vezes existir atrito entre auditor e a sua equipa e alguns trabalhadores. No entanto, a médio longo prazo, após a interiorização da auditoria na entidade, os custos tornam-se residuais.”

“Sim, existem desvantagens. Para a realização de uma auditoria são necessários bastantes recursos, principalmente tempo e pessoas para permitir que seja realizada devidamente. Obviamente, que a afetação de alguns trabalhadores à assistência dos auditores, irá comprometer a produtividade desses indivíduos. Muito possivelmente a diminuição da produtividade não terá um impacto significativo, mas são custos que a empresa terá de suportar.”

A totalidade dos entrevistados responderam afirmativamente, ou seja, que a realização de auditorias impacta negativamente na produtividade dos empregados. Contudo, alguns sujeitos (18%) acrescentaram que o impacto seria pouco significativo, outros (36%) mencionaram que o impacto se sentiria especialmente nas primeiras auditorias, também (36%) que esse efeito seria mitigado ao longo do tempo através da aprendizagem e melhoria dos processos de auditoria.

Estes resultados são consistentes com alguns estudos passados (Collis; 2012; Collis et al., 2004; Seow, 2001) que também revelaram a preocupação dos decisores relativamente ao consumo de tempo dos empregados da empresa a envolver na realização da auditoria.

4.2.2. *Partilha de informação*

A questão Q2.2 visa explorar eventuais desvantagens associadas à necessidade das empresas associadas partilharem informação com a equipa auditora. A tabela 4.7 mostra os resultados da análise das respostas desta questão.

Q2.2 - Poderão existir desvantagens relativamente à partilha de informação interna dos seus associados, com o auditor e a sua equipa? Indicar/ Exemplificar.

Tabela 4.7 – Partilha de informação

Categoria	Descrição	Frequência	%
Q2.2.S	Sim, existem desvantagens	2	18%
Q2.2.S.1	Apenas no caso de informação sensível e relevante para a competitividade poder vir a ser divulgada	2	100%
Q2.2.N	Não existem desvantagens	9	82%
Q2.2.N.1	Transparência é importante para a empresa	2	22%
Q2.2.N.2	Transparência beneficia o processo e resultados da auditoria	4	44%
Q2.2.N.3	No pressuposto de envolver exclusivamente informação financeira relevante para a auditoria	1	11%
Q2.2.N.4	No pressuposto do tratamento reservado da informação sensível e relevante para a competitividade	3	33%

(a) Frequências (%) nas subcategorias são relativas ao número de respostas na categoria respetiva

Fonte: Elaboração do autor

Para além da informação sintetizada na tabela 4.7, interessa destacar as seguintes afirmações:

“Sim, existem desvantagens. Se os auditores tiverem acesso a informação sensível que garante uma vantagem competitiva à empresa, claramente é um problema. É necessário bastante cuidado na informação que se presta, mais especificamente nas técnicas comerciais associadas a produtos e ou serviços da empresa. Se esta informação for revelada acabamos por ser copiados e consequentemente vir a perder presença no mercado.”

“Não existem desvantagens. No entanto, deve ser salvaguardado o tratamento reservado por parte dos auditores e a sua equipa, relativamente a informação confidencial que possa comprometer a competitividade das empresas no mercado.”

“Não existem desvantagens. A transparência dentro de uma organização é bastante importante. Não considero existir qualquer problema do auditor e a sua equipa terem acesso a informação interna da entidade. No entanto, uma coisa são questões de transparência e outra é revelar mais valias que tornam a entidade competitiva, com risco de ser copiado.”

“Não existem desvantagens. O entrevistado considera que a transparência é bastante importante para uma empresa e que não vê qualquer problema em que o auditor e a sua equipa conheçam a situação interna da empresa.”

“Não existem desvantagens. Para o sucesso da auditoria, a clareza é indispensável. De outra forma ficam comprometidos os benefícios da auditoria, nomeadamente a melhoria dos sistemas de controlo. No entanto há que salvaguardar a confidencialidade acerca de informação estratégica.”

“Não existem desvantagens. No pressuposto que o que está em causa é informação interna financeira e não informação estratégica. Se a informação interna financeira relevante não for partilhada de forma clara e transparente, ficam em risco os objetivos da auditoria.”

Alguns participantes (18%) afirmaram que existem desvantagens em partilhar de informação interna com o auditor, pressupondo a possibilidade de informação sensível e relevante para a competitividade poder vir a ser divulgada. Os restantes entrevistados (82%) discordaram que existam desvantagens. Destes, uma grande parte (33%) também exibiram preocupação com o tratamento reservado de informação sensível. De destacar que 67% dos sujeitos que discordaram, mencionaram a importância da transparência.

Estes resultados estão de certa forma em linha com alguns estudos realizados anteriormente (Carsberg et al., 1985; Collis, 2012) que referem que, numa forma geral, os decisores de pequenas empresas não consideram que a divulgação de informação comercial, eventualmente associada à realização de uma auditoria financeira, não confere desvantagens competitivas na medida em que não proporciona uma ajuda significativa aos seus concorrentes.

4.2.3. *Desvantagens adicionais*

Com propósito de explorar eventuais desvantagens adicionais associadas à adoção voluntária de auditorias, foi incluída a seguinte questão Q2.3 na entrevista. Os resultados da análise das respostas a esta questão são apresentados na tabela 4.8.

Q2.3 - Considera que poderão existir outras desvantagens? Indicar/ Exemplificar?

Conforme tabela 4.8, alguns participantes (36%) afirmaram não existir mais desvantagens. A desvantagem mais mencionada é o “custo da auditoria”, seguida da “complexidade do processo de auditoria” e a “dificuldade e custos de implementação de medidas”.

Tabela 4.8 – Desvantagens adicionais

Categoria	Descrição	Frequência	%
Q2.3.N	Não existem mais desvantagens	4	36%
Q2.3.S	Sim, existem mais desvantagens	7	64%
Q2.3.S.1	Custo do serviço de auditoria	5	71%
Q2.3.S.2	Complexidade do processo de auditoria	4	57%
Q2.3.S.3	Dificuldade e custos implementação medidas	2	29%

(a) Frequências (%) nas subcategorias são relativas ao número de respostas na categoria respectiva

Fonte: Elaboração do autor

Capítulo V. Conclusão

5.1. Conclusão

O presente estudo tem como objetivo investigar a percepção das PME's portuguesas relativamente aos benefícios e custos da adoção voluntária de auditoria financeira. Com este propósito, realizou-se uma pesquisa (*survey*) qualitativa, na qual foram obtidos dados primários através de entrevistas semiestruturadas aplicadas a dirigentes de associações representativas das PMEs do setor vinícola.

As respostas às questões das entrevistas foram objeto de análise de conteúdo, com vista à identificação de categorias com significado relativamente homogéneo, segundo a lógica hierárquica. Seguidamente foram determinadas as frequências associadas às categorias identificadas.

Relativamente às vantagens percebidas sobre a adoção voluntária de auditoria, a totalidade dos inquiridos considera haver vantagens na obtenção financiamento, traduzindo-se nomeadamente em melhor relacionamento com financiadores, maior facilidade de acesso ao financiamento, menor risco para os financiadores e menores taxas de juro. Estes resultados são consistentes com investigação passada (por exemplo: Abdel-Khalik, 1993; Allee & Yohn, 2009; Briozzo & Albanese, 2020; Carey et al., 2000; Carey & Tanewski, 2013; Collis et al., 2004; Dedman & Kausar, 2012; Dedman et al., 2014; Gandía & Huguet, 2020; Hay & Davis, 2004; Kausar et al., 2016; Kim et al., 2011; Lennox & Pittman, 2011; Minnis, 2011; Rennie et al., 2003; Senkow et al., 2001; Seow, 2001; Tauringana & Clarke, 2000).

Os resultados mostram ainda que a totalidade dos entrevistados concordam com a existência de benefícios em termos da qualidade da informação financeira à gestão, com especial foco na melhoria dos sistemas de controlo. Estas revelações estão em linha com os estudos passados (por exemplo: Abdel-khalik, 1993; Collis, 2010, 2012; Collis et al., 2004; Niemi et al., 2012; Weik et al., 2018).

Grande parte dos sujeitos considera também a existência de vantagens para os detentores de capital das empresas, mas apenas no caso em que se verifica a separação entre a gestão e a propriedade do capital, no pressuposto de que a auditoria voluntária pode contribuir para mitigar

problemas decorrentes da assimetria de informação entre os acionistas e os gestores. Esta conclusão é igualmente convergente com pesquisas passadas (por exemplo, Barefield et al., 1993; Carey et al., 2000; Carsberg et al., 1985; Collis, 2010; Collis & Jarvis, 2000; Collis et al., 2004; Corten et al., 2015; Dedman et al., 2014; Haapamaki, 2018; Mustapha & Yaen, 2013; Senkow et al., 2001; Seow, 2001; Tauringana & Clarke, 2000; Weik et al., 2018).

No que respeita ao contributo da auditoria para a deteção de fraude, uma parte significativa dos inquiridos concorda, mas apenas no caso de empresas de maior dimensão em que existe separação entre os detentores do capital e a gestão. Este resultado reforça as conclusões de alguns estudos que indicam que a auditoria voluntária pode contribuir na deteção de elementos de fraude e assim dissuadir potenciais fraudadores (Collis, 2010; Ramos, 2003).

Quanto às desvantagens percecionadas, os entrevistados, na sua totalidade, consideram poder haver um impacto negativo na produtividade dos trabalhadores, devido à afetação destes trabalhadores às atividades de auditoria. Contudo, uma parte significativa dos inquiridos especificou que tal impacto se faria sentir principalmente nas primeiras auditorias, e que esse efeito seria mitigado ao longo do tempo através da aprendizagem e melhoria dos processos associados. Uma pequena parte dos sujeitos, considerou existir desvantagens relativamente à partilha de informação interna da empresa com o auditor e sua equipa, mas apenas no caso de envolver risco de informação sensível e relevante para a competitividade poder vir a ser divulgada. Outras desvantagens identificadas foram o custo da auditoria, a complexidade do respetivo processo e a dificuldade e custos de implementação de medidas resultadas da auditoria.

5.2. Contribuição

Não obstante as limitações seguidamente enunciadas, o presente estudo, que incidiu sobre PMEs portuguesas, proporciona contributos válidos para a linha de investigação em curso acerca dos custos e benefícios associados à adoção voluntária por PMEs de auditorias financeiras. Adicionalmente, a opção por limitar os dados ao setor vinícola, viabilizará análises comparativas com estudos que abordem outros setores de atividades.

5.3. Limitações

Segundo Saunders et al. (2020), limitações duma investigação referem-se a aspetos que podem afetar negativamente o grau em que as suas descobertas e conclusões podem ser consideradas generalizáveis, nomeadamente no que respeita às fontes de dados, processo de amostragem e procedimentos de obtenção e tratamento de dados. No presente estudo interessa destacar as seguintes limitações: (i) o estudo incidiu apenas sobre PMEs do setor vinícola português, pelo que os resultados podem ser enviesados no caso das percepções variarem em função do setor de atividade; (ii) os dados foram obtidos duma fonte indireta, mediante entrevistas a dirigentes de associações representativas das empresas do setor vinícola português, induzindo também a possibilidade de algum enviesamento na informação obtida; (iii) a amostra de associações foi não aleatória, tendo sido por conveniência em função da disponibilidade dos inquiridos em participarem no estudo; (iv) a informação foi obtida através de entrevistas, ocorrendo o risco do entrevistador, inadvertidamente, poder de alguma forma influenciar as respostas dos participantes; (v) os textos resultantes das entrevistas foram analisados e interpretados unicamente pelo autor, o que pode interferir com a validade interna das categorias identificadas (representativas dos benefícios e custos associados à adoção da auditoria financeira) e das frequências calculadas.

5.4. Investigação futura

Em termos de possíveis direções na presente linha de investigação, estudos futuros poderão incluir uma abordagem metodológica quantitativa, numa perspetiva mais objetiva das vantagens e desvantagens da adoção voluntária de auditoria financeira. Investigação futura poderá abordar PMEs de outros setores de atividade. Desta forma, seria possível capturar percepções diversas, possivelmente específicas do setor, e efetuar análise comparativas entre setores e assim investigar eventual dependência da atitude dos decisores das PMEs relativamente ao setor de atividade.

Capítulo VI. Referências Bibliográficas

- Abdel-khalik, A. R. (1993). Why do private companies demand auditing? A case for organizational loss of control. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 8(1), 31–52.
- Allee, K. D., & Yohn, T. L. (2009). The demand for financial statements in an unregulated environment: An examination of the production and use of financial statements by privately held small businesses. *The Accounting Review*, 84(1), 1–25. Doi: 10.2308/accr.2009.84.1.
- Arens, A.A., Elder, R.J., Beasley, M.S., & Hogan, C.E. (2021). *Auditing: The Art and Science of Assurance Engagements*. Harlow, UK: Pearson Education.
- Barefield, R. M., Gaver, J. J., & O’Keefe, T. B. (1993). Additional evidence on the economics of attest: Extending results from the audit market to the market for compilations and reviews. *Auditing: A Journal of Practice and Theory*, 12(1), 74–87.
- Bell, T.B., Peecher, M.E., & Solomon, I. (2005). *The 21st Public Company Audit: Conceptual Elements of KPMG’s Global Audit Methodology*. KPMG International.
- Bell, E., Bryman, A., & Harley, B. (2022). *Business Research Methods (6th ed)*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Blackwell, D., Noland, T., & Winters, D. (1998). The value of auditor assurance: Evidence from loan pricing. *Journal of Accounting Research*, 36(1), 57–70. Doi: 10.2307/2491320
- Briozzo, A.E., & Albanese, D. (2020). Voluntary audit, investment, and financing decisions in Latin American small and medium enterprises. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 38, 1-11. Doi: 10.1016/j.intaccudtax.2020.100302
- Bryman, A. (2006). Integrating quantitative and qualitative research: How is it done?. *Qualitative Research*, 6(1), 97–113.
- Carey, P., Simnett, R., & Tanewski, G. (2000). Voluntary demand for internal and external auditing by family businesses. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 19(Supplement), 37–51.
- Carey, P., & Tanewski, G. (2013). Voluntary demand for auditing by farm businesses: An Australian perspective. *Accounting and Management Information Systems*, 12(2), 213–234.
- Carsberg, B.V., Page, M.J., Sindall, A.J., & Waring, I.D. (1985). *Small company financial reporting*. New Jersey, NJ: Englewood Cliffs.
- Cassar, G. (2011). Discussion of the value of financial statement verification in debt financing: Evidence from private US firms. *Journal of Accounting Research*, 49(2), 507–528.
- Catlin, R., & Watkins, C. (2021). *Agile Auditing: Fundamentals and Applications*. Hoboken, NJ: Wiley.
- Cavusgil, S., Knight, G., & Riesenberger, J. (2020). *International Business: The New Realities*. Harlow, UK: Pearson Education.
- Chandler, R.A., Edwards, J.R., & Anderson, M. (1993). Changing perceptions of the role of the company auditor, 1840–1940. *Accounting and Business Research*, 23(92), 443–459.
- Clatworthy, M., & Peel, M. (2013). The impact of voluntary audit and governance characteristics on accounting errors in private companies. *J. Account. Public Policy*, 32, 1–25. Doi: 10.1016/j.jaccpubpol.2013.02.005

- CE. (2003). *Recomendação da Comissão 2003/361/CE, de 6 de Maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas*. Comissão Europeia.
- Collis, J. (2003). *Directors' views on exemption from the statutory audit*. London, UK: DTI.
- Collis, J. (2010). Audit exemption and the demand for voluntary audit: A comparative study of the UK and Denmark. *International Journal of Auditing*, 14(2), 211–231. Doi: 10.1111/j.1099-1123.2010.00415.x
- Collis, J. (2012). Determinants of voluntary audit and voluntary full accounts in micro- and non-micro small companies in the UK. *Accounting and Business Research*, 42(4), 441–468.
- Collis, J., & Jarvis, R. (2000). *How owner-managers use accounts*. Research monograph. London, UK: ICAEW.
- Collis, J., Jarvis, R., & Skerratt, L. (2004). The demand for the audit in small companies in the UK. *Accounting and Business Research*, 34(2), 87–100. Doi: 10.1080/00014788.2004.9729955
- Coppens, L., & Peek, E. (2005). An analysis of earnings management by European private firms. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 14(1), 1–17. Doi: 10.1016/j.intaccudtax.2005.01.002
- Corten, M., Steijvers, T., & Lybaert, N. (2015). The demand for auditor services in wholly family-owned private firms: The moderating role of generation. *Accounting and Business Research*, 45(1), 1–26.
- Crispim, D. (2016). Auditoria voluntária e a gestão dos resultados: o caso das pequenas empresas em Portugal [Dissertação de mestrado não publicada]. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Crotty, M. (1998). *The Foundations of Social Research: Meaning and Perspective in the Research Process*. London: Sage
- Dharan, B. C. (1992). Auditing as a signal in small business lending. *The Journal of Small Business Finance*, 2(1), 1–11.
- Dedman, E., & Kausar, A. (2012). The impact of voluntary audit on credit ratings: evidence from UK private firms. *Accounting and Business Research*, 42(4), 397–418. Doi: 10.1080/00014788.2012.653761
- Dedman, E., Kausar, A., & Lennox, C. (2014). The demand for audit in private firms: Recent large-sample evidence from the UK. *The European Accounting Review*, 23(1), 1–23. Doi: 10.1080/09638180.2013.776298
- Denzin, N.K., & Lincoln, Y.S. (2018). *The Sage Handbook of Qualitative Research*. London: Sage.
- Donaldson, L. (1997). Derek Pugh: Scientific revolutionary in organization studies, in Clark, T. (ed.), *Essays in Honour of Derek Pugh*, Aldershot: Ashgate, pp. 23–43.
- Elder, R.J., Beasley, M.S., Hogan, C.E., & Arens, A.A. (2019). *Auditing and Assurance Services*. Harlow, UK: Pearson Education.
- European Commission. (2014). *Public procurement as a driver of innovation in SMEs and public services*. Brussels: European Commission.

- Haapamaki, A. (2018). Voluntary Auditing: A Synthesis of the Literature. *Accounting in Europe*, 15(1), 81-104. Doi: 10.1080/17449480.2018.1430369
- Hatherly, D., Porter, B., & Simon, J. (2015). *Principles of external auditing*. Hoboken, NJ: Wiley.
- Haw, I., Qi, D., & Wu, W. (2008). The economic consequence of voluntary auditing. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 23(1), 63–93.
- Hay, D., & Davis, D. (2004). The voluntary choice of an audit of any level of quality. *Auditing: A Journal of Practice and Theory*, 23(2), 37–53.
- Gandía, J.L., & Huguet, D. (2020). Audit fees and cost of debt: differences in the credibility of voluntary and mandatory audits. *Economic Research*, 33(1), 3071-3092. Doi: 10.1080/1331677X.2019.1678501
- Ghauri, P., Grønhaug, K., & Strange, R. (2020). *Research Methods in Business Studies (5th ed)*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Gill, G. & Cosserrat, G. (1996). *Modern auditing in Australia*. John Wiley & Sons.
- Gjesdal, F. (1981). Accounting for stewardship. *Journal of Accounting Research*, 19(1), 208–231. Doi: 10.2307/2490970
- Guedes, A. (2021). Auditoria e o Impacto nas Organizações [Dissertação de mestrado não publicada]. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.
- Gul, F., Teoh, H., Andrew, B. & Schelluch, P. (1994). *Theory and practice of Australian auditing*. Nelson, An International Thomson Publishing Company.
- Isaeva, N., Bachmann, R., Bristow, A., & Saunders, M.N. (2015). Why the epistemologies of trust researchers matter. *Journal of Trust Research*, 5(2), 153–69.
- Jacinto, S. (2019). Determinantes da auditoria voluntária nas PME portuguesas [Dissertação de mestrado não publicada]. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Jankowicz, A.D. (1991). *Business Research Projects for Students*. London: Chapman & Hall.
- Jensen, M., & Meckling, W. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305–360. Doi: 10.1016/0304-405X(76)90026-X
- Jensen, K. L., & Payne, J. L. (2003). Management trade-offs on internal control and external auditor expertise. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 22(2), 99–119.
- Johnson, R., & Wiley, L. (2022). *Auditing A Practical Approach with Data Analytics*. Hoboken, NJ: Wiley.
- Kausar, A., Shroff, N., & White, H. (2016). Real effect of the audit choice. *Journal of Accounting and Economics*, 62(1), 157–181. Doi: 10.1016/j.jacceco.2015.10.001
- Kim, J-B., Simunic, D. Stein, M., & Yi, C.H. (2011). Voluntary audits and the cost of debt capital for privately held firms: Korean evidence. *Contemporary accounting research*, 28, 585–615. Doi: 10.1111/j.1911-3846.2010.01054.x
- Lemon, W.M., Tatum, K.W., & Turley, W.S. (2000). *Developments in the Audit Methodologies of Large Accounting Firms*. London: Auditing Practices Board.

- Lennox, C., & Pittman, J. (2011). Voluntary Audits versus Mandatory Audits. *The Accounting Review*, 86(5), 1655–1678. Doi: 10.2308/accr-10098
- Lessambo, F.I. (2018). *Auditing, Assurance Services, and Forensics: A Comprehensive Approach*. Palgrave Macmillan.
- Leung, P., Coram, P. & Cooper, B. (2007). *Modern auditing & assurance service*. John Wiley & Sons.
- Louwers, T.J., Bagley, P.L., Blay, A.D., Strawser, J. R., & Thibodeau, J. C. (2021). *Auditing & Assurance Services – International Perspectives*. New York, NY: McGraw Hill.
- Marriott, N., Collis, J., & Marriott, P. (2006). *Qualitative Review of the Accounting and Auditing Needs of Small and Medium-sized Companies and their Stakeholders*. London: Professional Oversight Board. Disponível em <http://www.frc.org.uk/publications>
- Melumad, N., & Thoman, L. (1990). On auditors and the courts in an adverse selection setting. *Journal of accounting research*, 28, 77–120.
- Minnis, M. (2011). The value of financial statement verification in debt financing: Evidence from private U.S. firms. *Journal of Accounting Research*, 49(2), 457–506.
- Moser, P.K., Mulder, D., & Trout, J.D. (1998). *The Theory of Knowledge: A Thematic Introduction*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Mustapha, M., & Yaen, C. (2013). Demand for voluntary audit by small companies in Malaysia. *Malaysian Accounting Review*, 12(2), 73–80.
- Niemi, L., Kinnunen, J., Ojala, H., & Troberg, P. (2012). Drivers of voluntary audit in Finland: To be or not to be audited? *Accounting and Business Research*, 42(2), 169–196
- Ojala, H., Niskanen, M., Collis, J., & Pajunen, K. (2014). Audit quality and decision-making in small companies. *Managerial Auditing Journal*, 29(9), 800–817.
- Ojala, H., Collis, J., Kinnunen, J., Niemi, L., & Troberg, P. (2016). The demand for voluntary audit in micro-companies: Evidence from Finland. *International Journal of Auditing*, 20(3), 267–277.
- Pordata. (2023, fevereiro 28). *Dados de Pequenas e Médias Empresas*. Acedida em 15 março, 2023 a partir de <https://www.pordata.pt/Portugal>
- Power, M. (1997). *The audit society: Rituals of verification*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Ramos, M. (2003). Auditors' responsibility for fraud detection. *Journal of Accountancy*, 195, 28–37.
- Rennie, M., Senkow, D., Rennie, R., & Wong, J. (2003). Deregulation of the private corporation audit in Canada: Justification, lobbying and outcomes. *Research in Accounting Regulation*, 16, 227–241.
- Reichardt, C.S., & Cook, T.D. (1979). Beyond qualitative versus quantitative methods', in Cook, T.D., & Reichardt, C.S. (eds.), *Qualitative and Quantitative Methods in Evaluation Research* (pp. 7–32). Sage.
- Saunders, M., Lewis, P., & Thornhill, A. (2020). *Research Methods for Business Students* (8th ed). Harlow, UK: Pearson Education.

- Senkow, D. W., Rennie, M. D., Rennie, R. D., & Wong, J. W. (2001). The audit retention decision in the face of deregulation: Evidence from large private Canadian corporations. *Auditing: A Journal of Practice and Theory*, 20(2), 101–113.
- Seow, J.L. (2001). The demand for the UK small company audit—An agency perspective. *International Small Business Journal*, 19(2), 61–79.
- Tauringana, V., & Clarke, S. (2000). The demand for external auditing: Managerial share ownership, size, gearing and liquidity influences. *Managerial Auditing Journal*, 15(4), 160–168
- Teck-Heang, L., & Ali, A. M. (2008). The Evolution of Auditing: An Analysis of the Historical Development. *Journal of modern Auditing and Accounting*, 4(12), 1–4.
- Tsoukas, H., & Chia, R. (2011). *Philosophy and Organization Theory: Research in the Sociology of Organizations*, 32, Bradford: Emerald.
- Van Caneghem, T., & Van Campenhout, G. (2012). Quantity and quality of information and SME financial structure. *Small Business Economics*, 39(2), 341–358.
- Watts, R., & Zimmerman, J. (1983). Agency problems, auditing, and the theory of the firm: Some evidence. *Journal of Law and Economics*, 26(3), 613–633.
- Watts, R. L., & Zimmerman, J. J. (1986). *Positive accounting theory*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Weik, A., Eierle, B., & Ojala, H. (2018). What drives voluntary audit adoption in small German companies? *International Journal of Auditing*, 22, 503–521. Doi:10.1111/ijau.12134
- Whittington, O.R., & Pany, K. (2022). *Principles of Auditing & Other Assurance Services*. New York, NY: McGraw Hill.

Capítulo VII. Anexo

Anexo A - Guião da Entrevista

Introdução

O meu nome é Guilherme Capelo, sou estudante do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, no mestrado de contabilidade. Eu estou a realizar a dissertação intitulada “Auditoria financeira benefícios versus custos: Uma análise da percepção das PME’s portuguesas do setor vinícola na adoção voluntária de auditoria”.

Esta entrevista tem o propósito de entender a percepção relativamente à auditoria, e as suas vantagens e desvantagens, por parte das associações do setor vinícola.

Parte 1. – Vantagens

Questão 1.1.

Assumindo que existem Associados que recorrem ou poderão necessitar de recorrer a financiamentos bancários, considera que podem existir vantagens para aqueles que apresentam contas auditadas/certificadas face aos que apresentam contas não auditadas? Indicar/exemplificar as vantagens.

Questão 1.2.

Poderão existir vantagens para a Gerência/Administração das empresas que têm auditoria financeira face às que não têm auditoria, no que concerne à informação financeira que é produzida e aos sistemas de controlo implementados? Indicar/exemplificar as vantagens.

Questão 1.3.

Considera que a existência de uma auditoria financeira, traga vantagens aos detentores de capital dos seus associados, no que concerne à informação que lhes é transmitida pela gestão? Indicar/exemplificar as vantagens.

Questão 1.4.

Considera existirem vantagens nas entidades que adotam auditoria financeiras, comparativamente às que não adotam, relativamente à possível deteção de fraude? Indicar/exemplificar as vantagens.

Questão 1.5.

Considera existirem mais vantagens na realização de auditorias aos seus associados?

Parte 2. – Desvantagens

Questão 2.1.

Tendo em conta entidades que adotem auditoria financeira, considera existirem desvantagens para os seus associados, no que concerne à produtividade dos trabalhadores (devido à afetação de trabalhadores às atividades de auditoria)?

Questão 2.2.

Poderão existir desvantagens relativamente à partilha de informação interna dos seus associados, com o auditor e a sua equipa? Indicar/ Exemplificar.

Questão 2.3.

Considera que poderão existir outras desvantagens? Indicar/ Exemplificar.